**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ**

**Mandato 2021-2025**

**Ata n. º 1/2023**

**Sessão Ordinária de 17 de fevereiro de 2023**

Aos dezassete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, deu-se início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, presidida pelo Presidente da Assembleia, Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:----------

---

---------- **Lista de Presenças:** ----------

---

**22 Deputados Municipais do PS -** Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (Presidente da Assembleia), Fernando Pereira Marques (1º Secretário em exercício), Maria Esteves Ferreira Lourenço, Carlos Manuel Pontes Costa, Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, Pedro de Morais Lobo Martins Julião, Elisabeta-Ecaterina Necker, Abel Filipe dos Santos Matinhos, José João Magalhães David, Maria João Carapeto Tavares (2ª secretária em substituição), Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Núria Inês Rey Machado, João Pedro Medeira Cabrita, Sandra Cristina Ribeiro do Vale (em substituição de José Miguel Almeida Monteiro), Marcolina Pereira Manuel (em substituição de Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira), Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Ana Margarida Guerreiro Mendes (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente), Analídio Correia da Ponte (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião); ----------

---

**8 Deputados Municipais do PSD -** Eleutério João Pedro Rocheta, João Carlos Dias dos Santos, Bárbara Maria do Amaral Correia, Bruno José de Sousa Guerreiro (em substituição de Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues), Cláudia Isabel Martins Mendes, João José Paixão Carvalho Ferreira, Francisco André Pereira Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr /Benafim); ----------

**2 Deputadas Municipais do CHEGA -** Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro, Sandra Margarida de Melo Pereira Ribeiro; ----------

---

**1 Deputado Municipal do BE -** Carlos José da Silva Martins; ----------

---

**1 Deputada Municipal do CDS -** Isilda Maria Mendes Guerreiro (em substituição de António José Mendes Pinto Farrajota);----------

---

**1 Deputada Municipal da CDU -** Carla Sofia Osório Gomes;----------

---

**1 Deputada Municipal do PAN -** Ana Luísa Poeta Simões;----------

---

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara**, Vítor Aleixo, a Vice-Presidente, Ana Machado e os Vereadores, Abílio Sousa, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, David Pimentel, Cláudio Filipe Simão de Lima (em substituição de Rui Cristina), João Paulo Sousa e Fernando Santos. ----------

---

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de trabalhos:----------

---

**Ordem de Trabalhos**

**1- Intervenção do Público**

**2- Período de Antes da Ordem do Dia;**
**Aprovação de Atas**
**Outros assuntos**

**3- Período da Ordem do Dia;**

a) **- Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município**, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

b) - **Assunto de interesse do Município – Ponto de situação sobre Investimentos e Projetos estruturantes de maior importância para o Município;**

c) - **Proposta da Câmara Municipal n.º 120-2023 [DAF] - Deliberação** relativa à **1ª Alteração Orçamental Modificativa da Receita, 1ª Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 1ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos, 1ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais;**

d) - **Proposta da Câmara Municipal n.º 130-2023 [DAF] - Deliberação** relativa a **Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais;**

e) - **Designação de 1 Vice-Presidente para o Conselho Fiscal da Fundação António Aleixo no biénio 2023-2024;**

f) - **Proposta da Câmara Municipal n.º 2797-2022 [DMADS] - Deliberação** relativa a **Proposta de Retificação - Declaração de "Inequívoco Interesse Público" do Projeto de construção de uma Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI) e outras respostas sociais, no sítio da Serra ou Fazenda da Serra, Freguesia de São Sebastião**, concelho de Loulé retificar a proposta de atribuição de parecer favorável ao estudo de caracterização ambiental remetido pela Associação Esperança e Paz, para a construção de um edifício relativo ao desenvolvimento da resposta social ERPI;

g) - **Proposta da Câmara Municipal n.º 2802-2022 [DDSS] - Deliberação** relativa a **Projeto de Revisão Geral ao Regulamento Municipal Loulé Solidário**, "Apoio Social a Pessoas e Famílias", publicado no Diário da República 2ª série – n.º 156 de 14 de agosto de 2014, com o Aviso n.º 9358/2014, na sua redação atual;

h) - **Proposta da Câmara Municipal n.º 2769-2022 [SMPCSF] - Deliberação** relativa a **Projeto de Regulamento Municipal de Organização e Funcionamento de Polícia Municipal**, ao abrigo do art.º 241.º conjugado com o n.º 7, do art.º 112.º da Constituição da República Portuguesa, do art.º 136.º do Código do Procedimento Administrativo e nos termos do disposto na alínea

k) do n.º 1 do Art.º 33.º, conjugado com o vertido na alínea g) do n.º 1, do Art.º 25.º do RJAL, na sua redação atual;

i) **- Proposta da Câmara Municipal n.º 129-2023 [DDSS] - Deliberação** relativa a **Não Aceitação das Competências no domínio da Ação Social até 03/04/2023**, nos termos do estabelecido no artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua redação atual;

j) **- Proposta da Câmara Municipal n.º 116-2023 [DACP] - Deliberação** relativa a **Autorização do Concurso Público para a contratação da Concessão e exploração de um espaço destinado à instalação e funcionamento de um estabelecimento de bebidas, no apoio de praia Tipo "A"**, na Avenida Marginal de Quarteira;

k) **- Proposta da Câmara Municipal n.º 145-2023 [GAP] - Deliberação** relativa a **Aprovação do Regulamento específico de estacionamento de duração limitada da Zona 01- Loulé (Centro Urbano) e do Regulamento Específico de estacionamento de duração limitada da Zona 05 – Vale do Lobo**, após audiência de interessados e consulta pública, nos termos do disposto no artigo 27.º do Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada do Concelho de Loulé;

l) **- Proposta da Câmara Municipal n.º 2763-2022 [GAP] - Para conhecimento,** relativa a **Declarar a Não Caducidade do Procedimento de Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé (PDM)** e considerar o aproveitamento dos atos e formalidades que tenham sido praticados no seu âmbito, A fixação até 31 de dezembro de 2023 para a sua conclusão;

m) **- Proposta da Câmara Municipal n.º 2840-2022 [DP] - Para conhecimento,** relativa ao **Plano de Pormenor na modalidade específica de Plano de Intervenção em Espaço Rural do Barranco do Velho (PP PIER BV)** - caducidade do procedimento de alteração, 1. Não determinar a elaboração de novo procedimento de alteração ao PP PIER BV, após ter caducado no dia 27 de novembro. Manter-se-á vigente o Plano de Pormenor na modalidade específica de Plano de Intervenção em Espaço Rural do Barranco do Velho (PP PIER BV), em vigor ao abrigo do aviso n.º 22386/2009, II Série do Diário de

República (DR) n.º 240, de 14 de dezembro de 2009; 2. Comunicar o teor da presente informação às entidades públicas com interesses na área de intervenção do PP PIER BV, nomeadamente: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve), ao Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) e ao Instituto da Segurança Social (ISS);

n) - **Proposta da Câmara Municipal n.º 180-2023 [DACEC] - Para conhecimento**, relativa a **Ratificação da assinatura da Carta de Compromisso "Missão Adaptação às Alterações Climáticas"** do Programa EU MISSIONS;

o) - **Proposta da Câmara Municipal n.º 195-2023 [DACEC] – Para conhecimento**, relativa a **Ratificação do Protocolo celebrado entre o município de Loulé e o CEIIA- Centro de Engenharia e Desenvolvimento;**

O **Presidente da Assembleia**, cumprimentou todos os presentes, Deputados, Presidente Vítor Aleixo, Vereadores, Cidadãos aqui presentes e os que nos acompanham pelas redes sociais, equipas de apoio à realização desta Assembleia: tradutoras da Língua Gestual Portuguesa, Audiovisuais e Gabinete de Apoio à Assembleia. Muito boa noite a todos e a todas. Vamos então dar início à nossa Primeira Assembleia Ordinária de 2023. ----------

Na sequência do pedido de suspensão de mandato por 6 meses, por parte da Deputada Joana Conceição, foi contactada Rute Castro, primeira não eleita das listas do PS, que manifestou a impossibilidade de momento, por motivos de natureza pessoal, tomar posse como deputada efetiva. ----------

Assim sendo, e após ter contactado o Deputado **José David**, candidato seguinte nas referidas listas, e após obtida a concordância da Comissão Permanente, iremos passar a conferir posse como Deputado a **José David**, o qual foi chamado.----------

---

O Deputado **José David**, procedeu à declaração do compromisso de honra, após o que assinou o Termo de Posse.----------

---

O **Presidente da Assembleia**, referiu que como a Mesa da Assembleia é eleita em lista e, como tal, não admite alterações ou, para as haver, teria que haver nova votação para a mesma, e uma vez que a Deputada Joana Conceição solicitou a

suspensão do mandato por seis meses, durante este período o Deputado **Fernando Marques** será o 1º Secretário em exercício e a Deputada que o substituir como 2ª Secretária, será a 2ª Secretária em substituição, podendo ser sempre a mesma deputada ou não. Considerando o volume de trabalho a desenvolver pela Mesa, esta irá ponderar a posição a tomar quanto a este ultimo aspeto.----------
Para coadjuvar os trabalhos na Mesa, para desempenhar as funções de 2ª Secretária foi convidada para integrar a Mesa a Deputada **Maria João Carapeto**, perguntando se alguém se opõe, não se tendo verificado qualquer manifestação de oposição. Ninguém se opôs. ----------
Dando continuidade aos assuntos do inicio a sessão, o Presidente passou ás informação a dar à Assembleia, e informou que se assinala hoje 1 ano sobre o início da Guerra na Ucrânia, e por proposta da Deputada **Ana Poeta**, após a concordância de todos os Grupos Municipais, esta Sessão iniciar-se-á com 1 minuto de silêncio pelas vítimas da Guerra Russa-Ucrânia. Todos os presentes na Assembleia cumpriram 1 minuto de silêncio. ----------
Continuou e informou que nos termos do Regimento da Assembleia, o tempo máximo para cada intervenção do publico é de 5 minutos (nº 2 Art.º 51.º). Salientou que nos termos do mesmo Regimento, "a intervenção do Público se destina **à apresentação de assuntos de interesse municipal**, bem como à **apresentação de esclarecimentos dirigidos à Mesa**" (n.º 2 Art.º 51). ----------
---

**1- Entrou-se no Ponto 1 Intervenção do Público;**----------
---

O **Presidente da Assembleia**, após conferir as inscrições do publico, e pela ordem de inscrição concede a palavra ao cidadão, **Filipe Lázaro**, que inicia por cumprimentar todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Mesa, e a todos os que acompanham em casa. Referiu que na última Assembleia Municipal, acerca da implementação da Medidas de Prevenção da Corrupção, obrigatórias por lei e sobre Auditoria Externa à contratação pública, que foi respondido de uma forma um pouco leviana para importância que o tema tem no presente e futuro dos munícipes de Loulé. Que a sua honorabilidade é que está em causa e que a Auditoria Externa não é urgente. Disse discordar com tal resposta. Chamou a atenção para o Código de Conduta e Ética, para o art.º 5.º que define, que diz o seguinte; *"os agentes públicos, encontram-se ao serviço exclusivo da comunidade e dos cidadãos, prevalecendo sempre o interesse público, sobre os interesses privados ou de grupo".* Se se tiver em conta, os casos que vieram a público, que são do conhecimento geral, nomeadamente

um caso em que foi feito um Convite, só a duas empresas, da mesma pessoa, logo impossível, não ser escolhida, isto é defender o interesse público?----------
No caso da obra, realizada em S. Sebastião, em que a Junta adjudicou, deu como concluída e pagou e que mais tarde depois de uma denuncia, descobriu que faltavam cerca de 1.000 m$^2$, de obra por realizar, ter depois a Junta de ter que voltar a chamar a Empresa para concluir a obra, não fosse a denuncia, ficávamos todos a pagar mais do que recebemos, e a Empresa receberia por aquilo que não realizou. A justiça e a auditoria se encarregarão de avaliar a situação, convém olhar para o presente e preparar o futuro, para que a gestão do dinheiro público, seja feita de uma forma mais transparente, equitativa e responsável.----------
Referiu que a solução passa por criar uma Comissão Independente de Fiscalização e Acompanhamento com a participação de todos os partidos com assento nesta Assembleia, bem como representantes da sociedade civil. A aplicação do Plano de Corrupção deve ser aplicada, pois o que está a acontecer é a Câmara fiscalizar em causa própria. ----------
Quanto à transparência, a Câmara é obrigada por Lei, pelo menos a publicar na Intranet e no seu site, diversas informações, entre as quais; Compromissos Plurianuais e Pagamentos, relação dos benefícios e subvenções concedidas e com a indicação do respetivo valor, relação de doações, heranças, ofertas ou donativos, recebidos com a indicação do respetivo valor. Aviso sobre o recrutamento de dirigentes, trabalhadores bem como despacho de designação de dirigentes. No site da Intranet aparece lá publicitado apenas a informação sobre os Concursos Públicos e só até 2019, daí para a frente não há informação sobre Concursos Públicos. --------
Quanto aos Ajustes Diretos, consultas prévias, quando o cidadão carrega nos links dá erro. Conclusão, a Câmara não está a cumprir uma disposição legal e pode ser objeto de uma denúncia, sejam mais transparentes, publiquem estas informações em conformidade com a Lei, e não ocultem essa informação ao cidadão comum. ----------
Referiu ser o documento que enviou bastante interessante, nomeadamente a Bolsa de Empresas do concelho e outras. ----------
São as ações que nos definem e não as palavras, e a seriedade não se proclama, pratica-se! ----------
---

O **Presidente da Assembleia**, agradeceu a participação deste e de seguida concedeu a palavra ao cidadão **Hélder Guerreiro.** ----------
Este iniciou cumprimentado na pessoa do senhor Presidente da Mesa todos os presentes e a todos os que acompanham em casa. ----------

Referiu que a sua vinda à sessão de hoje, prende-se com a sua intervenção da última Assembleia, tendo-se exprimido bem nos factos, mas não nas perguntas, motivo pelo qual está aqui hoje esta noite, para repetir as perguntas. ----------
A questão prende-se com o facto de um munícipe em Loulé, quando por qualquer motivo, num mês não paga a água, a Câmara no mês seguinte, ao contrário das Empresas Privadas, que no mês seguinte apresentam a fatura novamente, a Câmara não faz isso. Apresenta passado 3, 4 meses e no seu caso, apresentou passado um ano e pouco, tendo no seu caso pago todos os meses por Mbway. Crê que seja uma atitude de má fé, sendo este o facto. A questão que colocou na altura e volta a repetir, é se o senhor Presidente da Câmara Municipal, tinha conhecimento que a Câmara atuava assim desta forma? A Câmara quando comunica é já com multa, não dá hipótese ao munícipe de pagar sem multa. A outra questão, tem a ver com este dinheiro que é pago a mais, vai para quem? Vai todo para os cofres da Câmara Municipal, ou para algum dirigente ou para alguns funcionários? E se de lá para cá, já foi feita alguma coisa para que isto seja alterado ou se vai continuar assim? ----------
---

O **Presidente da Assembleia**, agradeceu a participação do cidadão e concedeu a palavra ao cidadão **José Neves.** ----------
Este iniciou por apresentar cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, ao senhor Presidente da Câmara Municipal, e que são extensivos a todos os presentes. ----------
Pediu ao Cameraman que focasse, um ramo de árvore dizendo que é a vida que tem, todos os dias na sua casa e na sua família; cimento encascado à sua volta com a conivência desta Câmara Municipal. Quando este Executivo tomou posse, para este Executivo, disse que iria ficar atento ao que se passava com a Central Verdasca. O assunto que o traz aqui é o de sempre, o mais grave. A Central Verdasca está a 40 m de sua casa, poluindo todos os dias e é a primeira vez que o gestor de cimento acontece com humidade no ar, o cimento encascou e foi uma dificuldade tremenda tirá-lo de lá. Os carros tiveram de ser polidos, pagou tudo do seu bolso pois a Empresa não quis pagar nem os 20 € da lavagem dos carros. ----------
Os químicos são de tal forma agressivos, que para arrancar o cimento, corroeram os cromados e arrancaram a tinta. Disse viver num inferno, e que alguém o está a tentar matar a si e à sua família com cimento pela boca abaixo e pelo nariz dentro, tendo já problemas respiratórios, problemas de conjuntivite recorrente e erupção cutânea. ----
Referiu, que em relação à Casa e Quinta e o negócio, o primeiro lance oferecido foi de 50 mil €, sendo preferível ficar calado! Pois teria uma série de adjetivações que é preferível ficar calado. ----------

Se fosse Presidente de Câmara, com as ilegalidades ali presentes, "caçava" a licença de laboração aquela estrutura. ----------
Dirigiu-se ao Presidente da Câmara Municipal e disse "se o senhor estivesse no meu lugar e fosse agredido como eu sou, o que é que o senhor Doutor faria?" ----------
---

O **Presidente da Assembleia**, agradeceu a participação do cidadão e concedeu a palavra ao cidadão **Miguel Coelho.** ----------
Este iniciou por cumprimentar o Presidente da Mesa, e na sua pessoa, todos os presentes e os que estão em casa. Esclareceu, que pediu a palavra no período do público, dada a urgência do assunto aqui trazido. Em Boliqueime, vive-se um clima total de insegurança, com agressões físicas, a proprietários e familiares de estabelecimentos comerciais, tentativas de assalto permanente, durante todos os dias da semana, a várias habitações no centro da povoação, tentativas de assalto a combustível nas viaturas, à um clima de insegurança e um povo inseguro, torna-se um povo inquieto. Apelou dada a sensibilidade para assuntos de segurança, apelando ao executivo que tome medidas pontuais, solicitar policiamento de intervenção, pois está na altura de olhar para a situação de Boliqueime, com uma situação estruturante. Dada a gravidade da situação, reparou nas redes sociais, que o GM do PS, na Assembleia da República apresentou 2 Projetos de Lei, um para elevação de Boliqueime a Vila e outro para elevação da vila de Almancil a cidade. Questionou se este Grupo de Deputados perguntou a este Executivo, de solicitar as necessidades da população de Boliqueime. É esta a nossa propriedade, sermos considerados vila, quando temos uma povoação sem saneamento básico, com graves problemas de segurança. Questionou se já foi feito algum um trabalho de proximidade com a população. ----------
---

O **Presidente da Assembleia**, agradeceu a participação do cidadão e concedeu a palavra ao cidadão **Rogério Rochinha Miguel Coelho.** ----------
Este iniciou por cumprimentar o Presidente da Mesa, e na sua pessoa, todos os presentes e os que estão em casa. O que o traz aqui esta noite são várias questões, muitas delas repetitivas porque as respostas às mesmas são evasivas. Está satisfeito com o que está a ser feito na avenida principal de Quarteira, mas é mais do que a avenida principal e a avenida frente de mar, e se aquilo que está a ser feito em termos de mobilidade. Questionou sobre o terreno do Mercado da Fruta, neste momento todas as parcelas daquele terreno foram adquiridas pela Câmara, ou existe alguma parcela em contencioso no Tribunal? Outra questão, prende-se com a Creche do Forte

Novo, que tem 500 dias de prazo para fazer, já passaram cerca de 300 dias, faltam 200 para terminar, menos de metade do prazo e neste momento, estará realizado 25% da obra e porque razão só ali andam a trabalhar 2 pessoas?----------
Questionou para quando o lançamento do Concurso do Edifício Praças. Questionou sobre a questão das rotundas na Avenida de Ceuta, se são 1 ou 2 rotundas e para quando? Igualmente para quando os contentores Molok? ----------
Referiu ainda a questão dos horários dos autocarros da empresa Vamus, tendo sido feito um contrato em 2022 com a AMAL e que teriam mantido o horário de 2021, mas em 2020, havia mais horários e como sabiam que ia ser feito um contrato em 2022, reduziram os horários em 2021 para dizer que mantinham em 2022 os de 2021. ------
Questionou, se já foi pensado um novo Terminal Rodoviário em Quarteira e se vai ser executado o Projeto do Centro Cultural de Quarteira, e sobre o Pavilhão D. Dinis se vai ser lá feita uma intervenção. ----------
---

O **Presidente da Assembleia**, agradeceu a participação do cidadão e concedeu a palavra ao cidadão **Eurico Antunes.** ----------
Este iniciou cumprimentando o Presidente da Mesa, e na sua pessoa, todos os presentes e os que estão em casa.----------
Relativamente a Quarteira, referiu a pavimentação da Avenida, a ciclovia vai voltar? O estacionamento vai voltar? Para quando regras para os ciclistas e trotinetes, que não respeitam sentidos nem passadeiras?----------
Questionou em relação ao Parque de Estacionamento, onde se realiza o Mercado semanal da fruta, qual a lotação do mesmo, quantos pisos e se o tarifário já está a ser estudado? ----------
Sobre o Ambiente, houve desperdícios de água em reparações da rotura de uma conduta, 3 bocas de incêndio, estiveram a deitar água durante 5 horas e como é contada esta água, se é apenas deitada fora? ----------
Como é pago o fornecimento de água tratada vinda das barragens? ----------
---

O **Presidente da Assembleia**, agradeceu a participação do cidadão e concedeu a palavra ao cidadão **Gil Frederico.** ----------
Este iniciou referindo que como representante do Grupo de Pais dos alunos da Estação de Loulé, disse ter vindo aqui apresentar uns pontos que estão a correr mal do ponto de vista dos pais, no Agrupamento Escolar da Escola da Estação de Loulé. Referiu a existência de uma Biblioteca que não tem livros, os pais é que têm de levar livros para a biblioteca. Não existe um único Parque Infantil, sendo o chão da escola

todo em pedra, não existindo um pavimento de borracha para as crianças brincarem. Se a escola tivesse proteção como nas outras escolas, as crianças não vinham todas esfoladas para casa! ----------

As atividades extracurriculares não existem e os pais não são consultados para propostas. Estas situações já acontecem há 4 anos, já é o 2º filho que por lá passa, e chegar ao Diretor da Escola é mais difícil que chegar ao Presidente da República. Referiu que apenas aqui agora é que foi possível falar com o Diretor da Escola que está aqui presente. Disse ter vindo aqui pedir apoio para as crianças, uma entrada sem campainha. As crianças a partir das 15:00 h não têm atividades, e não tem ninguém para ficar com os filhos, não existem ATL para ficarem com crianças de 3 e 4 anos, qual a opção, deixar de trabalhar para ficar com os filhos? Isso não é futuro para ninguém! No desfile de Carnaval como hoje, as crianças não saem da escola, saindo todas as outras crianças de outras escolas para irem desfilar, sendo a desculpa utilizada que não há autocarros para crianças de 3 anos. Festas de Natal não existem para as crianças, ali estão abandonadas, os pais culpa também não têm. Está errado e gostaria de pedir ajuda, já há algum tempo que se anda a queixar desta situação. - Disse ainda, que na semana passada ligou para o Agrupamento Escolar e foi ameaçado! ----------

---

O **Presidente da Assembleia**, agradeceu a participação do cidadão e referiu ainda que caso de alguém deseje usar da palavra no Período da Intervenção do Publico, que o não tenha solicitado previamente, o pode fazer quando chega à Assembleia, bastando para isso assinar a Declaração que se encontra no site da Assembleia Municipal para Intervenção do Público, para autorizar a gravação de imagem e som, da pessoa que vai intervir, para efeitos da RGPD, não existindo grandes burocracias para tal. ----------

---

Foi concedida a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para que o executivo respondesse às questões colocadas pelos cidadãos. O Presidente da Câmara Municipal, indicou que seria o Vereador **David Pimentel**, a responder a parte das questões, seguindo-se os outros Vereadores, conforme a matéria em questão. ------

O Vereador **David Pimentel,** iniciou a sua intervenção, cumprimentou o Presidente da Mesa, e na sua pessoa, todos os presentes e aos que nos seguem a partir de casa. Em relação ao cidadão **Filipe Lázaro**, informou que quando há um Convite a 2 Empresas, do mesmo grupo, terá que avaliar que qualquer procedimento de consulta prévia, de acordo com a lei, terá que haver no mínimo Convite a 3 Empresas, porque

é impossível um procedimento de consulta prévia, ter sido feito apenas um convite a 2 Empresas. Como enviou as questões por escrito, seguramente irá ter respostas. --- No que concerne aos Compromissos Plurianuais não estarem no site, esclareceu que as aprovações dos compromissos plurianuais, são sempre trazidos à Assembleia Municipal, são deliberadas em reunião de Câmara. Os Compromissos Plurianuais foram aprovados, estão em Ata da Assembleia Municipal. As Atas de reunião de Câmara encontram-se no site, por isso não vê onde possa haver falha de comunicação sobre os Compromisso Plurianuais. Todos os Concursos Públicos, estão comunicados no Base.gov. Os procedimentos que não sejam do Regime Simplificado até aos 5.000 € para a aquisição de bens e serviços e empreitadas até 10.000 €, a partir desse montante estão inscritos na Plataforma Base.gov. No ajuste Direto até ao limite dos 20.000 € para a aquisição de bens e serviços e empreitadas até 30.000 €. Na consulta prévia de aquisição de bens e serviços, até ao limite dos 75.000,00 €. Nos Concursos Públicos Nacionais e nos Concursos Públicos com limite por prévia qualificação e nos concursos Públicos Internacionais. Todos sem exceção nenhuma do Município de Loulé, estão todos expostos, podendo ver as peças do Procedimento, Caderno de Encargos e o procedimento de todas as aquisições do município, desde vários anos anteriores a 2019 até à presente data.----------
Com referência às questões colocadas pelo munícipe **Helder Guerreiro**,.o que se passou em relação às faturas da água, durante o Covid, no ano de 2020 com as medidas restritivas implementadas em 12/03/2020, até junho de 2022, os procedimentos de Execução Fiscal, das dívidas de água, foram suspensos, na CML, tendo sido os mesmos reativados a partir de 30/09/2022, data do fim do estado de alerta, atenta a atual situação de pandemia pela Covid-19, o Governo decidiu não prorrogar a situação de alerta no território continental, bem como a cessação de vigência de diversos decretos-Lei e resoluções aprovadas no âmbito da pandemia.-- Todos os munícipes com dívidas de água, receberam uma comunicação do Presidente da CML, dizendo que iria ser reativado e seria solicitado o pagamento das dívidas e que iriamos ter que reativar a execução fiscal, porque decorre de Lei. -------
Foram informados todos os munícipes devedores, de que teriam de processar os valores em dívida, sob pena de terem execuções fiscais. ----------
Foi questionado se haveria a possibilidade de o município ter faturas eletrónicas, e informou que desde 2010, qualquer munícipe que queira, pode receber a sua fatura em formato eletrónico na sua caixa de correio. ----------
A fatura que diz respeito à sua dívida foi emitida no dia 7/7/2021, tendo tido até junho de 2022 para pagar, sem qualquer coima, recebeu a carta a dizer que tinha uma

dívida. Em outubro 2022, foi acionado a execução fiscal para liquidar a dívida que tinha e o pagamento foi feito no dia 7/11/2022, mais de um ano depois da dívida contraída. ----------

Quando o Senhor diz que o município não tem inscrito nas suas faturas a dizer que tem uma dívida, não é verdade. Os munícipes quando têm um valor em dívida, existe um campo respeitante a mensagens. ----------

Disse novamente, ao munícipe **Helder Guerreiro**, que sempre que tiver dificuldades e duvidas, e se quiser o pode expor por escrito, enviando um documento para o email geral da Câmara, a dizer qual a fatura e qual a duvida que tem e será esclarecido se não tiver sido tramitada corretamente. Se tiver ocorrido algum erro, a Câmara reporá os valores que pagou indevidamente. ----------

---

Foi concedida a palavra ao Vereador **Carlos Carmo**, que cumprimentou o Presidente e em seu nome os senhores Deputados, a todos os presentes e aos que assistem lá em casa. ----------

Começou por responder ao cidadão **Rogério Rochinha**, que relativamente aos contentores Molok, não tinha entendido a sua questão e aguardava que a colocasse novamente. Sobre o horário dos autocarros da *Vamus*, tendo verificado no site o último horário que é de julho de 2022 e sempre que há qualquer reclamação relativamente aos horários ou à da concessão que existe da *Vamus,* lançada pela AMAL que é a entidade dos transportes a nível regional. Neste momento estamos com constrangimentos e o que está a ser feito em conjunto com o Departamento de Obras e dentro das regras que temos todos de cumprir ao nível da contratação pública, fazer uma intervenção o mais célere possível ao nível do lançamento de uma empreitada, com valor de algumas centenas de milhares de euros. Contudo têm sido feitas algumas intervenções pontuais, para resolver aquilo que é possível resolver, dentro das questões que estão lá. O procedimento Concursal não foi lançado na altura porque ficou deserto, não houve nenhum concorrente que entregasse uma Proposta para o efeito e não estava previsto nenhum plano de manutenção para aquele pavilhão. Existem lá constrangimentos, mas estamos a tentar resolver o mais depressa possível. ----------

---

O **Presidente da Assembleia**, informou que as reuniões de Câmara se realizam quinzenalmente e que os cidadãos podem ser esclarecidos sobre assuntos que tenham relacionados com situações concretas e desde que sejam informados previamente, para poder ser preparada a resposta aos mesmos. ----------

Apelou que independentemente de algumas questões que têm a ver com o bem-estar das populações, há questões mais de natureza prática que podem ser abordadas nas reuniões de Câmara. ----------

---

No seguimento das questões colocadas pelos cidadãos, foi concedida a palavra à Vereadora **Marilyn Zacarias**, que cumprimentou o Presidente da Mesa, e na sua pessoa, todos os presentes e aos que nos seguem a partir de casa. ----------
Informou o munícipe **Filipe Lázaro**, relativamente ao Plano de Prevenção da Corrupção, e o Gabinete de Auditoria e Qualidade. Este Executivo tem tido como a sua bandeira principal a preocupação com a prevenção da corrupção, inclusive com a criação deste Gabinete, que não existia até à data, sendo ele responsável da preparação do Plano Execução da Monitorização e é um plano que está a ser acompanhado conforme a base legal. A Câmara Municipal executa e a Assembleia Municipal faz a fiscalização. Este Gabinete funciona dentro da Câmara, os dirigentes estão todos integrados neste programa, que está a ter bons resultados. ----------
O Gabinete de Auditoria e Qualidade, pertence e está dentro da função da Câmara. Em relação à Auditoria, que deu origens das publicações feitas, o procedimento já está em andamento e assim que seja publicado, será do conhecimento de todos. -----

---

Voltou a ser concedida a palavra ao Vereador **Carlos Carmo**, que esclareceu que o município nada tem a ver com a Empresa *Vamus*, e que o município tem feito pressão junto da AMAL e junto da *Vamus*, para que os horários sejam melhores. Esclareceu que anualmente, em dias uteis, o último autocarro, é às 18:30 h de Loulé para Quarteira e de Quarteira para Loulé. às 19:15 h. Fins de semana, anual, aos sábados, o último autocarro é às 16:30 h de Loulé para Quarteira e às 18:00 h de Quarteira para Loulé. Aos Domingos e Feriados, 2 modalidades, de 1 de julho até ao início da época escolar, o último autocarro é às 19:15 h de Loulé para Quarteira e às 20:00 h de Quarteira para Loulé. É muito mais abrangente, não é perfeito mas está bem melhor do que aquilo que estava na altura e é trabalho que tem sido feito com a colaboração da Câmara Municipal, junto da AMAL com a Empresa *Vamus*.----------

---

Foi concedida a palavra à Vice-Presidente, **Ana Machado**, que cumprimentou o Presidente da Mesa, e na sua pessoa, todos os presentes e aos que nos seguem a partir de casa. Começou por clarificar o munícipe **Gil Frederico**, dizendo, "eu não tendo sido mandatada pelo Diretor do Agrupamento, estranho muito, o que referiu, pois pelo tenho trabalhado com ele e com todos os Diretores é desenvolvido não os

revejo nisso". Por isso acha muito estranho esta referência, a ausência e impedimento de contacto com o senhor Diretor do Agrupamento, porque do conhecimento pessoal do Executivo, se há pessoa que é acessível, preocupada com os pais, é o Diretor **Carlos Fernandes**. Estranha muito o que tenha acontecido e que tenha insultado e ameaçado aquando este último contacto com o Agrupamento. Nestes anos todos, é o primeiro registo de tal facto. O contacto direto e pessoal com o senhor Diretor, ainda que não fosse possível, que é, pode ser feito e contornado por outras maneiras, através da Associação de Pais, através dos representantes de pais que existem por sala e por turma, através da coordenadora da escola, através do Concelho Geral da Escola, que tem pais representados. Portanto qualquer assunto que não seja possível falar, reitera, acha difícil e poderia ter sido feita através destes meios. O espaço exterior e o parque infantil, foi uma manifestação transmitida pelo senhor Diretor do Agrupamento e a necessidade de enriquecer esse recreio, está em fase final de Concurso, de Aquisição e montagem do Parque Infantil, que é um concurso que se arrasta há quase dois anos, senão mais e que por dificuldade de existência de materiais depois por dificuldades de credenciação dos concorrentes ainda não foi concluído e os parques não estão montados. Não estão não só na Estação como não estão numa série de outras escolas que foram referenciadas. Face aquilo que foi afirmado, importa repetir, que vai existir Parque Infantil na estação, foi porque o senhor Diretor do Agrupamento, Prof. Carlos Fernandes, solicitou e manifestou essa necessidade. Sem querer se imiscuir nas opções do Agrupamento, se não há festas de Natal, Carnaval, se calhar é por opção das professoras, se calhar é por opção dos pais e não compete a esta Assembleia, alvitrar qualquer solução relativamente a isso, porque cabe ao âmbito da autonomia da escola, da sala, dos Encarregados de Educação, dos Educadores e dos professores. Trabalha esta família até às 19:20 h como trabalham muitas famílias. Como cidadã, agradece o esforço e louva pelo empenho. A escola tem horário de funcionamento, das 08:00 h às 18:30 h, portanto são 12 horas e 30 minutos, em que as crianças permanecem na escola. ----Disse desconhecer a existência de uma Escola Pública, que funcione atá às 19:00 h ou 20:00 h e que não corresponde de todo à verdade, a inexistência de atividades de enriquecimento curricular naquela escola. Esta foi uma das manifestações e preocupações que o Senhor Diretor transmitiu, a necessidade de aperfeiçoamento e que esta semana mesmo, houve reunião com a Direção do Agrupamento com a Empresa que desenvolve as atividades de enriquecimento curricular nessa escola. -- Disse também, que em crianças pequenas, até ao 1º ciclo, não têm atividades de enriquecimento curricular, têm animadoras que desenvolvem Atividades de Apoio á

Família, para além Atividades Extra Curriculares, há para quem não quer, há a componente de Apoio à Família, que é assegurada por trabalhadores da autarquia, sob orientação da direção do Agrupamento e de acordo com as opções delimitadas em Conselho Pedagógico, no seu projeto educativo, que desenvolvem atividades depois do término da componente coletiva. Por este motivo, não corresponde de todo à verdade. A Câmara Municipal, está disponível para na presença do Diretor do Agrupamento, para reunir com os pais, como sempre esteve. ----------

---

Foi concedida a palavra ao Vereador **Abílio Sousa**, que cumprimentou o Presidente da Mesa, e na sua pessoa, todos os presentes e aos que nos seguem a partir de casa. Respondendo ao munícipe **Rogério Rochinha**, que colocou a questão se mais vias iriam ser reabilitadas e requalificadas em Quarteira, a resposta é sim, é isso que tem sido feito e continuará a ser feito até ao final do mandato em conjunto com a Junta de Freguesia de Quarteira. ----------

Em relação à Creche do Forte Novo, é uma obra, que tem um ligeiro atraso como outras têm e como acontece em qualquer município e que tem a ver com a falta de mão de obra e falta de aquisição de materiais e com o efeito da Guerra tem feito com que a obra não ande com o ritmo que era desejado e que fizesse cumprir com os prazos estabelecidos. ----------

Em relação à Avenida de Ceuta, já está em fase de adjudicação e será consignada até ao final deste mês. Em relação ao Mercado de Quarteira, será lançado o Concurso Público no decorrer deste ano e que terá `para cima de 300 lugares de estacionamento. ----------

Sobre as questões colocadas pelo munícipe **Eurico Antunes**, esclareceu que a ciclovia vai voltar, o estacionamento vai voltar no local onde estava, na Avenida Mota Pinto. Sobre a rotura ocorrida foi na Avenida Infante Sagres, foi de uma intervenção de risco, pois tinha cabos de média e alta tensão, o que obrigou a agir com alguma segurança. ----------

---

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara**, para responder às questões que ainda não tinham tido resposta. Em relação à questão colocada pelo munícipe **Eurico Antunes**, a ciclovia vai voltar assim como os estacionamentos que irão aumentar o seu espaço. O espaço para estacionar junto à ciclovia de Quarteira, era curto e será aumentado e as pessoas vão poder estacionar com conforto e segurança. ----------

Em relação à questão colocada pelo senhor **José Neves**, trata-se de um processo muito antigo e complexo e é uma situação que não é desejável para ninguém e muito

menos para quem sente na pele os incómodos de levar com aquela poeira que ali está. Tem sido feito o que é possível. Referiu que deram entrada na Câmara elementos novos que irão ser analisados pelos Serviços Técnicos da Câmara e oportunamente haverá uma decisão. ----------

Sobre a questão de Boliqueime, convidou o munícipe **Miguel Coelho**, a refletir, pois a Proposta da Câmara, está neste momento em apreciação na Assembleia da República, de passar Boliqueime à categoria de Vila. Disse que provavelmente quando Boliqueime, tiver esse estatuto, será muito mais fácil construir o Quartel da GNR para ali, pois na presente situação é mais difícil. Uma das situações que chama à atenção, porque reconhece que Boliqueime tem uma situação que merece ser olhada com mais cuidado. A Câmara tem esse problema presente, é dada nota sempre à GNR quando se realizam reuniões de trabalho. ----------

---

O **Presidente da Assembleia**, lembrou que qualquer cidadão pode colocar ao Executivo, por escrito, as questões que entender as quais terão sempre resposta. Continuando a sua intervenção referiu que não havendo mais esclarecimentos às questões colocadas pelos cidadãos, passava-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, correspondente ao ponto 2 "Período Antes da Ordem do Dia". ----------

---

**2- Período de Antes da Ordem do Dia**; ----------

---

**Aprovação de Atas, proposta nº 4-2023 [AML] -** Relativamente ao Mandato 2021-2025, aprovação das Atas n.º 12/2022 - Sessão Extraordinária de 05 de agosto de 2022, Ata n.º 13/2022 - continuação da Sessão Extraordinária de 08 de agosto de 2022, Ata n.º 14/2022 - Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2022, Ata n.º 15/2022 continuação da Sessão Ordinária de 07 de outubro de 2022, Ata n.º 16/2022 - Sessão Estado do Município de 21 de outubro de 2022, Ata n.º 17/2022 - Sessão Extraordinária Temática de 12 de novembro de 2022, Ata n.º 18/2022 - Sessão Ordinária de 12 de dezembro de 2022, Ata n.º 19/2022 - Continuação da Sessão Ordinária de 13 de dezembro de 2022;----------

---

O **Presidente da Assembleia**, referiu no que respeita às Atas, e depois de um grande esforço do 1º Secretário em Exercício, Deputado **Fernando Marques**, e dos funcionários do **Gabinete de Apoio**, Cristina Costa e Sandro Soutilha, foram-vos enviadas para ser postas à votação as Atas nºs 12, 13, 14, 15 e 16, enviadas a 6 de janeiro; as Atas 18 e 19, enviadas a 23 de janeiro; e a Ata n.º 17-2022, enviada a 07

de fevereiro, e reenviada com alterações introduzidas em 15 de fevereiro, no que diz respeito às intervenções da Plataforma Água Sustentável. Informou que o Anexo E, que se encontrava em falta correspondente à intervenção do cidadão Manuel Costa, foi hoje entregue e consta a mesma da Ata. ----------

Não tendo sido recebidas propostas de alteração, para além da referida, considera-se que as mesmas estão em condições de serem **postas à votação individualmente,** passando a sua votação:----------

A **Ata n.º 12 (Sessão Extraordinária** de **5 de agosto de 2022)**, foi **aprovada por unanimidade**;----------

---

A **Ata n.º 13 (Continuação da Sessão Extraordinária** de **5 de agosto de 2022 - 8 de agosto 2022)**, foi **aprovada por unanimidade**;----------

---

A **Ata n.º 14 (Sessão Ordinária** de **30 de setembro 2022)**, foi **aprovada por unanimidade**;----------

---

A **Ata n.º 15 (Continuação da Sessão Ordinária** de **30 de setembro 2022 - 7 de outubro 2022)**, foi **aprovada por unanimidade**;----------

---

A **Ata n.º 16 (Sessão Extraordinária "Estado do Município"** de **21 de outubro 2022)**, foi **aprovada por unanimidade**;----------

---

A **Ata n.º 17 (Sessão Extraordinária Temática** de **12 de novembro 2022)**, foi **aprovada por unanimidade**;----------

---

A **Ata n.º 18 (Sessão Ordinária** de **12 de dezembro 2022)**, foi **aprovada por unanimidade**;----------

---

A **Ata n.º 19 (Continuação da Sessão Ordinária** de **12 de dezembro 2022 - 13 de dezembro 2022)**, foi **aprovada por unanimidade**;----------

---

O **Presidente da Assembleia** lembrou que a Ata n.º 20, já tinha sido aprovada há algum tempo, logo na Sessão Extraordinária de 16 de Dezembro, realizada em Querença. ----------

Relativamente ao trabalho de Revisão do Regimento, feito pela Comissão Permanente, foram informados que estamos em fase de conclusão da análise de

algumas propostas de alteração e sugestões e da análise das tabelas de distribuição de tempos que, em princípio estarão em condições de vos ser enviadas para decisão em futura Assembleia. ----------

Voltou a referir que tem sido um processo muito meticuloso e participado, com as decisões tomadas sempre por consenso e sem uma única votação. ----------

Recorda-se novamente os Senhores e Senhoras Deputados/as que integram Conselhos ou Comissões em representação da Assembleia, e que ainda não o fizeram, que devem enviar o relatório sobre a sua atividade, nos termos do n.º 4 do Art.º 35 do Regimento da Assembleia. ----------

---

**Outros Assuntos** ----------

---

**Pedidos de informação/Requerimentos e respostas;** ----------

Na sequência do pedido de esclarecimento dirigido ao **DIAP Regional de Évora** sobre se a documentação recebida nesta Assembleia sobre "Suspeitas de negligência grosseira ou corrupção", se encontrava ou não, em segredo de justiça, fui notificado, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal de Loulé, que "a matéria em causa se encontra a ser investigada no âmbito do inquérito (123/22.5KREVR) e que o mesmo, bem como todos os elementos dele constantes, encontram-se sujeitos a segredo de justiça (interno e externo), pelo que a divulgação dos mesmos se encontra por isso condicionada legalmente." ----------

Assim, para os devidos e legais efeitos, foram informados todos os Deputados e todos os membros do Executivo do âmbito do Despacho em questão e da sua abrangência, confirmando-se a decisão da Comissão Permanente de não divulgação pelos Deputados, da documentação enviada a esta Assembleia pelo Deputado João Ferreira, do PSD. ----------

---

**Requerimentos dos GM;** ----------

- 06/12/2022 - Requerimento Relativo ás Instituições do Concelho que beneficiem apoio por parte do Município - PAN Ana Poeta - Respondido pela CM em 12/12/2022

- 17/01/2023 - Requerimento relativo Assuntos relacionados com PDM - BE Carlos Martins - Respondido pela CM em 25/01/2023. ----------

- 18/01/2023 - Requerimento relativo à 2ª fase da Circular Norte BE Carlos Martins - Respondido pela CM em 02/02/2023. ----------

- 13/02/2023 - Requerimento de listagem de todas Instituições Sem Fins Lucrativos do setor terciário - PAN Ana Poeta a aguardar resposta. ----------

---

O **Presidente da Assembleia**, informou que pela Comissão Permanente foi analisada a proposta de realização de Sessão temática sobre alimentação, feita pelo cidadão **Domingos Pereira**, a qual será objeto de decisão posterior sobre a sua inclusão, ou não, como Assembleia temática, ou como assunto de interesse do Município em futura Sessão. ----------

Por fim, e antes de avançarmos, uma breve nota sobre o procedimento relativo aos impedimentos. Em sede de Comissão Permanente foi analisado o procedimento que tem estado a ser seguido nas Sessões, nestas matérias, o qual pode não ser o mais correto à luz da Lei. A garantia de imparcialidade decorre do artigo 69º, do CPA e seguintes e, nos termos do disposto no artigo 31°, n°4 do Código de Procedimentos Administrativo, "Não podem estar presentes no momento da discussão nem da votação os membros do órgão que se encontrem ou se considerem impedidos". No mesmo sentido, e o n.º 6 do Artigo 55.º, ambos do RJAL (Lei 75/2013 de 12 de setembro) e o Artigo 4º, alínea b), subalínea iv), do Estatuto dos Eleitos Locais, (Lei 29/87), sendo que as normas do RJAL (Lei 75/2013), *6 - Não podem estar presentes no momento da discussão nem da votação os membros do órgão que se encontrem ou se considerem impedidos.)* e a subalínea iv) da alínea b) do Art.º 4º da Lei 29/87 de 30 de junho, na atual versão Lei Nº 24-D/2022 de 30 de dezembro. *"Não intervir em processo administrativo, ato ou contrato de direito público ou privado nem participar na apresentação, discussão ou votação de assuntos em que tenha interesse ou intervenção, por si ou como representante ou gestor de negócios de outra pessoa, ou em que tenha interesse ou intervenção em idênticas qualidades o seu cônjuge, parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º grau da linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem viva em economia comum";* são imperativas, e prevalecem sobre as demais. ----------

O procedimento correto e legal é o de sair e não estar presente na sala, onde decorre a reunião, nem no momento da discussão, nem no momento da votação, motivo pelo qual foi consensual a posição de dar cumprimento ao enquadramento legal em futuras reuniões desta Assembleia e das suas Comissões. ----------

---

O **Presidente da Assembleia,** procedeu à apresentação do **ponto seguinte**; -------

---

**Apresentação, debate e votação sobre Propostas, Moções de Atualidade e Urgência;** ----------

**1-2023 [AML]** - Voto de Pesar Pelo Falecimento de **José Gonçalves Grosso** RC4/2023, tendo este sido apresentado pelo Executivo da Junta de Freguesia de S. Sebastião e todos os Grupos da Assembleia de Freguesia e subscrito também por todos os Grupos Municipais desta AM, **(Anexo A da presente Ata)**.----------

Foi efetuada a leitura do Voto, pelo **Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião (Analídio Ponte)**. ----------

---

Foi concedida ainda a palavra ao Deputado **Carlos Costa (PS)**, que cumprimentou o Presidente da Mesa, e na sua pessoa, todos os presentes e aos que nos seguem a partir de casa. Disse que após a votação iria apresentar uma Declaração de Voto.----

---

**Passou-se à votação**, tendo sido **aprovado por unanimidade**.----------

Em seguida foi feito 1 minuto de silêncio, concluído com uma salva de palmas.---------

À família enlutada foi endereçado em nome de toda a Assembleia, Votos de Pesar pelo falecimento de tão valoroso cidadão.----------

O Deputado **Carlos Costa (PS)**, apresentou Declaração de Voto (**Anexo B da presente Ata**).----------

---

O **Presidente da Assembleia,** procedeu à apresentação da proposta **2-2023 [AML]** apresentada pelo partido **(CHEGA) - Plano de emergência habitacional "Com todos Construir + Acessível"**.RC1/2023; ----------

O **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra à Deputada **Sandra Castro (CHEGA)**, que fez a leitura da Proposta **(Anexo C da presente Ata)**.----------

---

Foi concedida a palavra à Deputada **Ana Poeta (PAN)**, cumprimentando o Presidente da Mesa, e na sua pessoa, todos os presentes e aos que nos seguem a partir de casa. Iniciou referindo que Considerando a dimensão do Parque Habitacional no município de Loulé, verifica-se que o número de habitações, é de 2 a 3 vezes mais do que o número de famílias a residir no território. No entanto não significa que estejam disponíveis no mercado, essas 37 mil habitações supostamente em excesso. Em novembro de 2018, existiam nas mediadoras do município, cerca de 4.400 habitações disponíveis para comercialização no concelho, das quais apenas 0,6 eram para apartamentos de arrendamento, ou seja, apenas 57 apartamentos encontravam-se disponíveis para arrendamento habitacional não sazonal. Se considerarmos os preços

do mercado de habitação no concelho de Loulé, calculando as rendas e os encargos implícitos como rendimentos disponíveis nas famílias, resultará apenas as que têm rendimento intermédio mais elevado, normalmente acima do percentual de 80% e com maior número de membros, é que conseguem comprar ou arrendar. Os preços não estão acessíveis à generalidade da população com rendimentos intermédios e baixos. Assiste-se a um número de Alojamento Local a crescer de forma exponencial e agregados que vivem em situações de carência habitacional em situação indigna, nomeadamente em partes de edificações e outras situações, para a qual é necessário encontrar a solução a curto prazo. Encontramos neste momento famílias a residir em anexos, arrecadações, garagens e quartos e população sem-abrigo. Não temos um problema de falta de habitação em Loulé, o que temos é um problema de gestão da habitação e da especulação dos preços. ----------
Qualquer Proposta para a questão habitacional, deve criar uma efetiva mudança no paradigma do arrendamento, tornando acessível e compatível com recursos financeiros existentes e ao mesmo tempo que alicie e justifique o proprietário. ---------
Devemos sim incentivar a habitação coletiva ou pugnar pela mobilização do Património Municipal e do Estado e acima de tudo incentivar o rendimento acessível e anual e por isso mesmo, irá votar contra." ----------
---

Foi concedido o pedido de intervenção ao Deputado **João Ferreira (PSD)**, que iniciou cumprimentando o Presidente da Mesa, e na sua pessoa, todos os presentes e aos que nos seguem a partir de casa. A Bancada do PSD, vai reiterar mais uma vez, de outra vez já foi congratulado o Executivo, por ter acolhido a proposta de considerar, que não estava considerada quando foi iniciada esta Comissão de ordenamento do Território, a habitação acessível. Estava prevista habitação social, que ainda se mantém e estava prevista habitação normal. Foi apresentado pelo PSD, é a segunda vez que agradecemos ao Executivo, o ter acolhido esta situação e faz todo o sentido, a Bancada do PSD, apoiar esta Moção. ----------
---

Foi concedido o pedido de intervenção ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, que referiu que sobre a proposta, o BE, considera que tem lutado ao longo de muitos anos pelo direito à habitação, conseguindo influenciar o Governo da Geringonça, na construção da Lei de Bases da Habitação e na assunção de compromissos políticos, financeiros e temporais para atender à situação de emergência habitacional que se vive no nosso país e em especial no nosso concelho. Nesta Assembleia, apresentamos uma Moção, sobre a urgência da aprovação da Estratégia Municipal de Habitação. O Executivo

produziu um documento que até 2030, ver resolvidos os problemas habitacionais de 1.340 famílias. A Câmara desde essa data, tem em curso diversos programas habitacionais, mas na prática se traduzem na aquisição de fogos no mercado local. -- Durante os últimos 10 anos, não se construiu um único fogo, tornando-se urgente rever toda a programação dos objetivos da Estratégia Local de Habitação. É verdade, o PS, não conseguiu colocar novos fogos ao serviço da população. Nesta altura, não existem soluções milagrosas e de curto prazo, para resolver esta situação. Não houve planeamento atempado nem vontade política e os resultados negativos estão à vista. O CHEGA, começa a falar de assuntos sérios, prioritários e na resolução dos problemas habitacionais dos portugueses, privilegiando as pessoas de bem, arrefecendo o seu ímpeto no ataque a melhorias, emigrantes e às políticas de reinserção social. ----------

Concordando com algumas sugestões, testamos que outras não têm a consistência legal e ultrapassa as competências do município, apelando ao problema da escassez de habitação, se resolve com recurso a agentes privados, através de parcerias público-privadas, com pactos colaborativos com os principais construtores do concelho, não mencionando o recurso e incentivo à reabilitação urbana. ----------

O nosso entendimento é que a escassez de habitação acessível, só consegue ser resolvido neste presente momento, tal qual como na maioria dos países da União Europeia, que só foi conseguido através de grandes investimentos públicos, aumentando a oferta pública, contribuindo para regular o mercado, obrigando os privados na manutenção de preços acessíveis. ----------

As Propostas do CHEGA, traduzem-se numa mão cheia de nada, pelas seguintes razões; não compete ao município, a criação de parcerias público-privadas, a Lei não prevê, mas sim ao Estado. ----------

Compete à Câmara, criar condições ao nível do planeamento e urbanismo, no âmbito da Revisão do PDM, estabelecer regras, agilizar procedimentos e criar incentivos ao nível das taxas e do IMI, atraindo os privados a colaborarem no esforço coletivo de emergência habitacional, na construção ou reabilitação, e arrendamento de imóveis. Não compete ao município a reabilitação das Cooperativas e a criação de novas, mas sim aos seus cooperantes e à sociedade civil, organização que melhor entenderem para resolver os seus problemas habitacionais. ----------

À Câmara, compete criar condições, disponibilizar terrenos e colaborar na concretização dos seus objetivos, como já o fez nos anos 80, em relação às Cooperativas existentes e o trabalho realizado está à vista em Loulé e Quarteira. -----

Concordamos inteiramente com o proposto acerca do licenciamento. É evidente que

a Câmara tem que ser mais ágil, mais proativa e facilitar a vidas das pessoas que precisam da casa, dos empreiteiros e dos projetistas. ----------
Julgamos que o proposto, é anti institucional, quando a Proposta do CHEGA, pede a criação de pactos colaborativos com os principais construtores do concelho, porque são as grandes empresas do concelho e não com todo o setor. Há aqui uma discriminação, quer pode não ser legal. ----------
Assim, pensamos que o CHEGA não só defende habitação para pessoas de bem, e até estávamos convencidos que ia apresentar uma solução, para o alojamento da comunidade cigana, existente no concelho. ----------
---

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Costa (PS)**, que disse não poder acompanhar esta Proposta do CHEGA, porque ela assenta em bases que não são legais, pelo que não poderemos votar a favor. Como foi dito, as parcerias público-privadas, na sua Proposta não reconhece o trabalho feito pela Câmara, até agora foi algum trabalho feito e no que toca às Cooperativas, elas têm um trabalho feito, numa altura em que a legislação permitia quer os municípios cedessem terrenos para construção. ----------
Neste momento, as situações estão diferentes, não é permitido às Câmaras, nesta fase cederem terreno para que as Cooperativas construam, a custos controlados ou outra modalidade. Deste modo o PS, não pode subscrever uma Proposta que não está conforme a legislação em vigor. ----------
---

Foi concedida a palavra ao Deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que cumprimentou o Presidente da Mesa, e na sua pessoa, todos os presentes e aos que nos seguem a partir de casa. Relativamente a este ponto, a Moção do CHEGA, esta Bancada sente, é necessário fazer aqui um esclarecimento; o PSD a nível nacional, tem uma Estratégia Nacional para o problema da habitação. Foi lançada há pouco tempo, um novo caminho para a habitação, onde se prevê condições para aceleração e aumento de habitação disponível acessível mo âmbito privado e público. Existe neste momento esta dinâmica na sociedade portuguesa, nomeadamente a nível dos Partidos, de resolver um problema gritante que a muitos de nós condiciona. ----------
---

Foi concedida a palavra à Deputada **Isilda Guerreiro (CDS)**, que cumprimentou o Presidente da Mesa, e na sua pessoa, todos os presentes e aos que nos seguem a partir de casa. Disse que a Bancada do CDS, revê-se em algumas destas Propostas e destas preocupações que o CHEGA nos trouxe. É importante, perceber que há uma

diferença nos vários tipos de habitação, nomeadamente a habitação acessível, que acaba por desenvolver a economia como o CHEGA elencou e como a Bancada do PS, aqui disse. ----------

É importante desenvolver esta habitação que mexe com a economia. Habitações a preços acessíveis, acaba por promover o desenvolvimento, trazendo vantagens a casais mais novos, nomeadamente um contrato de trabalho que de alguma forma contribuem com os seus impostos ao terem uma habitação. Não lhe choca a criação de parcerias público-privadas. O setor privado, muitas das vezes é que move a economia, acabando por sustentar o público. O Público tem dinheiro porque o setor privado gera riqueza. Disse não entender qual a ideia que o CHEGA tinha, ao referir a criação de pactos coletivos com as principais construtoras no concelho, uma vez que se falam em principais, é provavelmente porque nem todas poderiam concorrer. Esta Moção tem uma ou outra alteração, que poderia ser feita, sendo uma preocupação conjunta que existe. ----------

É necessária mais habitação, a que existe está fechada, porque não há condições para que esta seja alugada, não há proteção para os senhorios, não há proteção para quem se depara diariamente com maus pagadores e destruidores de lares e pelo pecador paga o justo. Poder-se-á arranjar mais formas de proteger quem tem habitação e pode colocá-la no mercado, mas ainda assim, não podemos obrigar ninguém a alugar uma coisa que não quer alugar. ----------

há que fazer a economia mexer com esta construção, com estas parcerias porque a economia precisa de levar este tipo de impulso. ----------

A posição do CDS em relação a esta matéria, é estar ao lado desta Moção e se ela fosse aqui aprovada, poderia ser interessante, todos se juntarem e fazerem as devidas correções à mesma, em vez de se estar a fazer bloqueio a um problema que todos conhecem. ----------

---

Foi concedida a palavra à Deputada **Carla Gomes (CDU)**, cumprimentando o Presidente da Mesa, e na sua pessoa, todos os presentes e aos que nos seguem a partir de casa. Começou por referir que entendendo este grave problema, que é a falta de habitação, não são as soluções apresentadas nesta Moção, a solução para resolver a falta de habitação, como por exemplo, as parcerias público-privadas. O que se impõe realmente com urgência, são medidas para enfrentar o aumento brutal das rendas, pra levar a subida das prestações de crédito para controlar a especulação imobiliária. Embora seja um problema grave, o que foi apresentado nesta Moção, não soluciona o problema da falta de habitação, motivo pelo que esta Bancada irá votar

contra. ----------
---

**Passou-se à votação**, tendo sido **rejeitada, com 25 votos contra (22 PS, 1 BE, 1 CDU, 1 PAN) e 11 a favor (8 PSD, 2 CHEGA, 1 CDS)** .----------
---

Foi concedida a palavra à Deputada **Núria Rey (PS)**, que fez a leitura da **Declaração de Voto**, apresentada pelo GM do PS (**Anexo D da presente Ata)**. ----------
---

Em seguida, foi concedida ainda a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, que também apresentou **Declaração de Voto (Anexo E da presente Ata).** ----------
---

O **Presidente da Assembleia,** deu por encerrado o ponto anterior e passou para a proposta **3-2023 [AML] Moção de Atualidade e Urgência, Promover a escola pública e o respeito pelos direitos dos professores,** apresentada pela Bancada do BE. RC2/2023; ----------
Para a apresentação da **Moção**, concedeu a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, que em primeiro lugar saudou toda a Comunidade Escolar englobada na escola pública e passou à leitura da **Moção (Anexo F da presente Ata).** ----------
---

Foi concedida a palavra à Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)**, que a tinha solicitado a qual iniciou cumprimentando o Presidente da Mesa, e na sua pessoa, todos os presentes e aos que nos seguem a partir de casa. ----------
O Partido CHEGA concorda com o teor desta Moção, o seu conteúdo concordamos com ele. No entanto disse que gostaria de chamar a atenção a esta Assembleia, uma vez que deverá haver um escrutínio, relativamente a estas Propostas e Moções que são apresentadas. Esta Moção não é da competência municipal, foi apresentada num Projeto Resolução no dia 20 de janeiro na Assembleia da República e a mesma foi chumbada com os votos do PS e dos outros partidos. Tem sido apresentada em todas as Assembleias Municipais e neste momento peca por tardia e não é do foro do município. O BE devia-se preocupar com situações do município e não com situações de interesse geral a nível nacional. Este assunto para além de não ser da competência do órgão municipal, isto sim é populismo. O BE não pode negar que apoiou o Governo a fugir às suas responsabilidades e é responsável pela degradação da escola pública, da não aceitação do regime da escola privada, assim como é também responsável, tal como o PS e o PCP, não ter resolvido o problema que dura há muitos anos dos professores. ----------

O **Presidente da Assembleia**, referiu que não havendo mais solicitações para intervir, se passava à votação.----------
Foi **aprovada por maioria, com 12 votos a favor (8 PSD, 1 BE, 1 CDS, 1 CDU e 1 PAN) e 24 abstenções (22 PS, 2 CHEGA).** ----------
---

Foi concedida a palavra à Deputada **Maria Esteves (PS)**, começando por cumprimentar o Presidente da Mesa, e na sua pessoa, todos os presentes e aos que nos seguem a partir de casa. Apresentou uma **Declaração de Voto (Anexo G da presente Ata).** ----------
---

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE),** chamando a atenção para a questão do tempo regimental de 3 minutos previstos no Regimento para apresentações de Declarações de Voto. ----------
---

O **Presidente da Assembleia**, esclareceu que nunca se colocou esta questão da limitação de 3 minutos para a apresentação de Declarações de Voto, pelo que futuramente será contabilizado e não haverá Declarações de Voto superiores a esse tempo. ----------
---

O **Presidente da Assembleia,** informou que não havia mais assuntos sobre assuntos relacionados com a matéria anterior pelo que procedeu à apresentação do **ponto seguinte**; ----------
---

**Apreciação de Assuntos do Interesse do Município e formação de perguntas orais pelos Deputados Municipais;** ----------
---

Foi concedida a palavra à Deputada **Ana Poeta (PAN)**, que referiu que no âmbito do início das obras na 2ª Circular Norte, e no seguimento de preocupações levantadas pelos munícipes, pelo abate indiscriminado de árvores, o PAN iria colocar algumas questões nomeadamente;----------
Quais as espécies que estão a ser alvo de abate? ----------
Quem ordenou a autorização do mesmo? ----------
As árvores que foram abatidas serão compensadas, em caso afirmativo, onde e quando? ----------
Qual a justificação para o abate, fora da linha da passagem da Circular? ----------
Quais serão as medidas de mitigação previstas para a proteção da biodiversidade,

especificamente no local objeto do corte de árvores? ----------
Disse ainda, que recentemente foi cortado um pinheiro centenário em Quarteira, de quem será a responsabilidade? Em setembro de 2022, o GM do PAN, questionou o Executivo, sobre o Regulamento Municipal do Arvoredo, um Regulamento que deveria cumprir a Lei n.º 59/2021 de 18 de agosto, e que deveria ter entrado em vigor, o mais tardar em 18 de agosto de 2022. A informação obtida, foi "os serviços estão a trabalhar nos pressupostos, para se avançar com o procedimento do início de elaboração do referido Regulamento". Hoje ainda estamos em incumprimento, o que apenas demonstra a pouca importância que esta autarquia atribui às árvores da cidade. E com este incumprimento, permite, por exemplo, que a empresa das árvores queimadas no Ludo e na quinta do Lago, consigam o abate de árvores saudáveis. Por um lado, reflorestamos, como por exemplo no Azinhal e por outro, deixamos que dizimem árvores que já cá estavam quando cá chegamos e ficariam após a nossa partida. ----
Esta noite, estará em votação a alteração de um Plano Plurianual, que contempla para o debate à desertificação, através de rearborização e de ações que promovam o aumento e fixação do carbono e nutrientes no solo, no valor de 280 mil euros. ---------
---

Foi concedida a palavra à Deputada **Carla Gomes (CDU)**, que disse que o GM do PCP teve a oportunidade de visitar e contactar os moradores do Bairro Asa Branca, em Quarteira, tendo estes se queixado e elevado e visível estado de degradação dos edifícios habitacionais. ----------
Após contacto e conversa com o Presidente de Junta, a resposta dada é que a Câmara iria adquirir os edifícios, esta informação é verdadeira? Se sim, para quando e o que é que está previsto efetuar naquele espaço?----------
Sendo que a responsabilidade da habitação pertence ao IHRU e não à Câmara, questionou se a Câmara Municipal teve algum tipo de contacto junto do IHRU, para fazer alguma pressão para dar resposta aos moradores e até para melhorar os edifícios da Asa Branca. ----------
---

Foi concedida a palavra ao Deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que fez referência à intervenção de um cidadão, por parte do público, sendo que a Bancada do GM do PSD, temia a situação que os munícipes viessem à Assembleia Municipal, relembrar o Executivo Municipal, que têm de tomar diligências relativas à Auditoria Externa que foi aqui aprovada por unanimidade. ----------
Questionou o Executivo, sobre o ponto de situação do mesmo e se já existe Caderno de Encargos. ----------

Outra questão levantada pelo cidadão **Eurico Antunes**, sobre a questão do controle das trotinetes em Quarteira, sendo a situação problemática. Esta questão tem de ser controlada e se já está algo preparado nesse sentido. ----------
Questionou sobre o Plano de Contingência para a limpeza das algas em Quarteira, é uma situação que não é admissível, que se inicie o próximo Verão que se avizinha, sem que haja esse Plano para a limpeza das algas, o que coloca em causa a qualidade das nossas praias. ----------
---

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira (Telmo Pinto)**, que esclareceu que o IHRU é a entidade responsável pela gestão das casas sociais existentes em Quarteira. Essas casas são de gestão do IHRU e não da Câmara Municipal de Loulé. No âmbito do processo de Habitação Acessível que o Governo tem, de hoje para amanhã podem passar para a gestão das Câmaras Municipais. ----------
---

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime (Nelson Brazão)**, que cumprimentou o Presidente da Mesa, e na sua pessoa, todos os presentes e aos que nos seguem a partir de casa. Reiterou as palavras do seu conterrâneo Miguel Baguinho Coelho, Boliqueime tem alguns problemas. Após o incidente que aconteceu num café em Boliqueime, foi solicitada pela Junta de Freguesia uma reunião com as Autoridades. Existe um problema, que é, as pessoas não apresentam queixa o que significa que está tudo bem. Significa que quem sofre estas situações tem que apresentar queixa. ----------
Foi pedido um reforço do policiamento, o Comandante mostrou-se disponível. Reiterou a necessidade de um Posto da GNR em Boliqueime, e onde tem das principais estradas na zona, EN 125, ER 270 e Via do Infante. Boliqueime está a crescer, existe mais população e é preciso maior presença policial. Quando foi desencadeado o processo de Elevação de Boliqueime à categoria de Vila, foi comunicado a todos os Partidos com assento na Assembleia da República, representados por Deputados do Algarve. Todos congratularam pela iniciativa e até se predispuseram a efetuar o Projeto de Lei. Boliqueime tem necessidades e vai lutar por elas e com a elevação de Boliqueime a Vila, pretende-se aumentar o poder reivindicativo. Todos os Deputados na Assembleia de Freguesia de Boliqueime, votaram a favor. ----------
Parabenizou o Executivo Camarário, pela obra da Ponte do Barão, que em breve será uma realidade, esperando que a obra dos esgotos da EN125 e a água a S. Faustino,

também saiam este ano, pois a população fica agradecida. E para quando o Auto de Consignação da obra. ----------

---

Foi concedida a palavra ao Deputado **João Ferreira (PSD),** que pediu desculpa, por reiterar um tema, que já vem repetindo desde 2020 e que tem vindo a ser ignorado por este Executivo. Questionou o Senhor Presidente da Câmara, que se prende com o Loteamento de 1970, que se regeu durante 49 anos, pelo Regulamento 5004, que permitiu 98% aproximadamente, dos lotes terem sido identificados, com índice de 25% e que a meio de um processo, mudam-se as regras porque se achou um papel rasurado, denominado Regulamento 5005, com parâmetros de construção muito inferior face ao que foi proferido no Despacho do Ministério Público. Confirma ou desmente, se já deu início ao levantamento dos quais os projetos, afinal aprovados indevidamente, desde 1970 a 2022, quais foram aprovados acima de 20%, que era o seu índice máximo que estava legal, sendo estes atos nulos, obviamente. Tomando em consideração que não houve inquérito interno, a Auditoria Externa, proposta pelo PSD, que foi aprovada em reunião de Câmara, zero! Agora com a confirmação da investigação criminal, por existir matéria. A questão é simples, confirma ou desmente se mantém a confiança no Diretor de Departamento das Obras Públicas, Arq.º Joaquim Farrajota? ----------

---

Foi concedida a palavra ao Deputado **Bruno Guerreiro (PSD)**, que cumprimentou o Presidente da Mesa, e na sua pessoa, todos os presentes e aos que nos seguem a partir de casa. Salientou uma afirmação proferida pelo Presidente da Câmara Municipal, na Assembleia de dia 12 de dezembro "A Auditoria foi aprovada, mas não é uma prioridade". Com esta afirmação o senhor disse tudo! Se a peça da Cofina é da responsabilidade da Cofina, e na sequência da mesma, a justiça ao que é da justiça. Por outro lado, como é afirmado pelo Líder da Bancada do PS, nessa mesma Assembleia Municipal, cada Deputado recebe uma senha de presença de 76,00 €, para ser uma voz de quem depositou em nós, a responsabilidade de se fazer ouvir aqui na casa da Democracia, e é para isto que aqui estamos. No seguimento do já anteriormente mencionado, e referindo outra afirmação proferida nessa mesma Assembleia, a Mesa não prescinde das competências da Assembleia Municipal, para fiscalizar as atividades do Município. Lembrou a resposta escrita pela Diretora Municipal, Dalia Paulo, à questão colocada na Assembleia de 5 de agosto, em relação à exclusividade das bebidas em todos os festivais e festas feitas no nosso concelho, passando a citar algumas afirmações por escrito, da mesma; "não existe, nem nunca

existiu nenhum Concurso Público ou Ajuste Direto, relativo ao fornecimento de bebidas. O que sempre existiu é um acordo com a Superbock, em que se define o valor da venda das bebidas nos espaços cedidos pela organização e posteriormente a cervejeira contacta todas as coletividades e os operadores de espaços alegados, onde articulam todo o processo de aquisição dos barris de bebida. A Empresa Superbock oferece um conjunto de vantagens nomeadamente, assistência técnica, permanência no local, oferta no caso do Festival MED, packs de água, de realçar que o acordo a referir é parceria do evento, para um conjunto de eventos, sem que haja qualquer contratação pública, pois não existe qualquer aquisição de bens e serviços para o mesmo entre o município. ----------

Disse ainda que as perguntas feitas aqui hoje, destinam-se aos 2 Presidentes desta casa, Carlos Silva Gomes e Vítor Aleixo: os senhores concordam com as afirmações colocadas preto no branco, neste email, não terá o Executivo neste processo atropelado as regras da Contratação Pública, e na doação de packs de água, sem a mesma doação ter sido retificada nesta Assembleia e relembrou a responsabilidade deste Órgão. Esta resposta por escrito resumidamente afirma que existia uma exclusividade, que valia várias dezenas de milhares de euros em faturação, porque assim quis este Executivo. ----------

Parece estarmos claramente perante uma Contratação encapotada pelos factos descritos no email de resposta da Senhora Dália Paulo. Voltou a frisar que está escrito no email, que a Câmara em reuniões antes dos eventos, dita a regras do jogo, que subjuga e vicia desse modo o procedimento. A Bancada do PSD, vem pedir ao Presidente, Carlos Silva Gomes, que faça chegar às Autoridades Competentes, o requerimento e a resposta da Diretora Municipal, Dália Paulo, para que esta situação seja investigada a nível criminal e pedir ao SIAP para anexar a queixa ao processo que está em investigação. ----------

Disse ter conhecimento que no próximo Carnaval, a Câmara suportou o custo dos contentores-bar, mas mais uma vez atua na obscuridade. Nunca mencionou associações que as mesmas poderiam coletar os preços do mercado como bem entenderem e o mesmo "player" de mercado começou a contactar os mesmos clubes e associações. ----------

Questionou se não seria mais fácil a Câmara fazer um comunicado na sua página oficial a dar conta deste pormenor de Mercado Livre e que deste modo daria hipóteses para outros players no mercado de oferecer os seus serviços, originando assim um maior proveito para quem explore os espaços. ----------

Ressalvou que no nosso concelho existem 2 "players" no mercado com capacidade

para fazer isto, a Emprodalbe com a marca São Miguel e a Just Drinks, com a marca Estrela Galícia, já para não falar da marca Sagres. ----------
Outra questão, que colocou é qual o ponto de situação dos Estúdios de Cinema na Zona Industrial de Loulé, visto os mesmos se encontrarem à venda no site Idealista. Solicitou que fosse informada esta Bancada, do valor já investido pelo promotor deste mesmo projeto. Sendo mais específico, sim ou não, a Câmara colocou algum tipo de dinheiros públicos neste projeto? ----------
---

O **Presidente da Assembleia**, esclareceu que em relação à intervenção do Deputado **João Ferreira** (PSD), que referiu que, por haver matéria, decorria um processo crime e daquilo que transmitiu aos Deputados e daquilo que aqui já se disse, nada diz se há ou não matéria, apenas diz, que decorre um Inquérito e estes podem apenas ter início apenas em função da denúncia. Esclareceu apenas que transmitiu aos Deputados e ao Executivo, a informação recebida pelo DIAP de Évora, documento lido na íntegra nesta Assembleia Municipal. ----------
Em relação à intervenção do Deputado **Bruno Guerreiro** (PSD), esclareceu que nas respostas que a Dra. Dália Paulo dá aos Requerimentos dos Deputados, diz sempre "Encarrega-me o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal", ou seja, as respostas, todas elas, são do senhor Presidente da Câmara. ----------
Relativamente ao Presidente da Assembleia, este responde às que lhe compete responder e envia ao Senhor Presidente da Câmara, as que lhe são dirigidas. Enviar ao DIAP o Requerimento que o PSD fez e a resposta que foi recebida, não percebe porque é que o PSD, não segue o mesmo critério que seguiu em relação à denúncia que foi feita antecipadamente. Se tem suspeitas de existência de ilícito, deve seguir o mesmo caminho que fez seguir na denúncia anterior. ----------
Por outro lado, disse estar na disposição de o fazer, se o assunto for levantado na Assembleia e se for levantado na Comissão Permanente e se entender que esse é o papel da Assembleia. A obrigação de qualquer cidadão, quando tem conhecimento de um ilícito, é participá-lo. Disse não ter obrigação acrescida por isso, não se querendo substituir aos Deputados naquela que é a sua competência, de que tendo suspeitas de que alguma coisa poderia não estar bem, o email fala em negligência grosseira, não se sente vinculado sobre a documentação que passa nesta Assembleia. Os Deputados têm a mesma obrigação que o Presidente, para denunciarem aquilo que tiverem conhecimento. Daquilo que se apercebeu, quer do Requerimento, quer das respostas, não viu nada que não possa ser aceite. Politicamente pode ser questionado, mas essa questão, quando lhe surgem dúvidas, coloca-as e os

Deputados também o podem fazer. ----------
---

Foi concedida palavra ao Deputado **Carlos Costa (PS)**, que disse que iria abordar outras questões na Ordem do Dia, nomeadamente algumas considerações sobre os recentes sismos ocorridos na Turquia e Síria e considerando que o Algarve está numa zona do globo que está sobre uma falha sísmica, apelou à sensibilização dos projetistas e construtores civis, no cumprimento das regras de construção anti-sísmica em vigor, e as Entidades licenciadoras às edificações, uma maior vigilância. Questionou se instalações elétricas, estão sujeitas a análise prévia para aprovação de projetos e inspeção à sua execução, antes de entrarem em serviço, nomeadamente as estruturas, não estando colocando em causa o que se projeta e se executa, tendo por garantia o Termo de Responsabilidade do Autor Técnico. Questiona o Executivo, se esse procedimento ainda acontece, como nos anos 90, onde havia uma parceria e colaboração com o Instituto Superior de Tecnologia do Algarve, onde aleatoriamente se analisavam projetos, falando no rigor e na fiscalização. ----------
Disse ter registado com satisfação a reabertura do Café Calcinha, a Câmara Municipal conseguiu no cumprimento de todas as formalidades funcionais e legais, tendo sido feita a sua abertura ao público, prestando um serviço de qualidade, fazendo jus à narratória que aquelo local represente para Loulé e para os louletanos. ----------
---

Foi concedida a palavra à Deputada **Isilda Guerreiro (CDS)**, que disse trazer aqui algumas questões concisas. Disse que uma vez que faz parte da Assembleia de Freguesia de Almancil, sente-se na obrigação de estar mais atenta à mesma. ---------
Questionou, para quando o início da obra de esgotos do Cerro do Galo? Pois é uma obra que peca por tardia, porque a Câmara pelos vistos, não dá resposta em devido tempo. ----------
Questionou, para quando a obra a Rua do Calvário que tem um projeto em grande, para resolver os problemas das ruturas das condutas. ----------
Questionou sobre o Parque Infantil do Jardim das Comunidades, para quando o arranjo do mesmo, encontrando-se degradado, não tem infra-estruras, não tem condições. Depois de muita insistência, junto da Assembleia de freguesia, foi este assunto levado, foi o piso intervencionado, mas já saltou tudo. Neste momento está sujo, com bocados de borracha amontoados. ----------
Outra questão, tem a ver com as considerações aqui tecidas, que tem a ver com a elevação de Boliqueime a Vila e Almancil a cidade. Partilha das preocupações trazidas

aqui, e partilha da opinião que Almancil a cidade, não tem condições. Disse preferir ter uma Vila que tenha condições, do que uma cidade sem condições. Sem saneamento básico em toda a sua área, sem água em toda a sua área, sem bombeiros, sem efetivos GNR, que peca pela falta de efetivos, parqueamento e habitação. ----------

Sobre a habitação, questiona sobre o Plano que está previsto para Almancil a nível da habitação. O Presidente da Junta de Freguesia de Almancil, não valoriza esta dificuldade na habitação, porque sendo uma vila, acaba por ser um dormitório para as pessoas que trabalham na hotelaria. ----------

Foram levadas Moções, por esta Bancada à Assembleia de Freguesia, no sentido de ser criada habitação e foram as mesmas recusadas. A habitação em Almancil deveria ser à semelhança de Quarteira, onde há imensos fogos. ----------

---

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE),** que disse que já muita gente se apercebeu, que as obras de construção da 2ª fase da Circular Norte de Loulé, estão paradas desde segunda-feira, tendo a consignação destes trabalhos, ter sido assinado no dia 18 de novembro, sendo estranho parar ao fim de 3 meses. ----------

A que se deve em concreto esta paragem forçada? E quando se prevê serem retomados os trabalhos? ----------

---

Foi concedida a palavra à Deputada **Sandra Castro (CHEGA)**, que colocou a questão se a Inframoura e a Infraquinta, não são Empresas Público-Privadas? Outra questão é o valor da Ciclovia e se está pensado o aumento ou alargamento do estacionamento.----------

---

Foi concedida a palavra à Deputada **Isilda Guerreiro (CDS)**, que disse folgar em saber que a Auditoria está a avançar, que o Executivo aceitou o desafio do GM do PSD, lamentando que o Executivo de Almancil, não tenha aceite o mesmo desafio, porque também era visado nesta peça. Foi pedida uma Auditoria, tendo sido chumbada, por apenas 1 voto, porque não foi aceite a proposta de Auditoria. ----------

---

Foi concedida a palavra ao Vereador **David Pimentel** para este responder às questões levantadas, pelo Deputado **Bruno Guerreiro** (PSD), informando-o no que concerne aos Estúdios de Cinema, o investimento do Município à data, é zero, trata-se de uma relação entre privados, promotor e uma entidade vendedora que tem, neste caso, uma antiga fábrica de cerveja instalada na Zona Industrial de Loulé.----------

Quanto ao Município de Loulé, nada tem a fazer, a não ser, promover o que são as indústrias criativas, o potencial que elas trazem e o facto de já termos tido mesmo sem um estúdio, a produção de um filme "The Infernal Machine", que representou centenas de milhares de euros de investimento, na hotelaria, na restauração, atores envolvidos. Tudo isto agrega valor à nossa economia local, agrega valor aquilo que é um destino para filmagens e um destino para turismo. ----------
É um retorno, investindo absolutamente zero, temos um retorno muito significativo. --
---

Foi concedida a palavra ao Vereador **Carlos Carmo**, que respondeu à senhora Deputada **Ana Poeta** (PAN), o Executivo está a trabalhar no Regulamento, e que desde a última Assembleia, e desde o Requerimento que fez, até ao dia de hoje, informou que a Proposta do Regulamento está pronta, só que o ICNF, que teria de lançar um Guia de Orientação, tal como diz a legislação, existe um Guia de Boas Práticas para a gestão do arvoredo. Tinha de ser publicado e não foi e como não foi, a Câmara Municipal solicitou um parecer ao ICNF para que se pronunciasse sobre a Proposta de Regulamento, para que quando ela iniciasse todo o processo de elaboração e consulta pública, tivesse de acordo com o que são as orientações do ICNF. Neste momento, o ponto de situação é que o executivo, está à espera que o ICNF, responda ao pedido de parecer. ----------
Relativamente ao Jardim das Comunidades, o Projeto está pronto, está para sair por dias o concurso para lançar o Parque Infantil. O processo tem tempos tem regras para cumprir. O projeto está pronto, está por sair por dias, vai sair em breve o concurso para lançar esse Parque Infantil. Têm sido feitas manutenções recorrentes, tendo sido remendado o piso uma das vezes, e foi vandalizado! ----------
Em relação às questões do Deputado **Bruno Guerreiro** (PSD), esclareceu que este ano, no processo que aí refere, a Câmara Municipal aquilo que fez por custas próprias, foi colocar os contentores para que as coletividades pudessem fazer aquilo que é o seu trabalho, no Carnaval de Loulé, uma orientação para que não houvesse dúvidas. É um processo que se mantém, era uma prática de Executivos anteriores. Este ano não foi dada qualquer orientação, foram colocados contentores e cada uma das coletividades fez aquilo que entendeu, era um processo que já vinha de trás essa prática. ----------
---

Foi concedida a palavra ao Vereador **Abílio Sousa**, que esclareceu a Deputada **Ana Poeta** (PAN), nomeadamente da mesma forma que foi feito no passado, quando se iniciou aquela Circular, desde a Zona Industrial, até ao Centro de Saúde, foi

necessário abater árvores, da mesma forma se vai continuar a exercer uma obra de extrema importância, até para descarbonizar e aliviar a circulação de viaturas no centro do centro da cidade. É verdade que será feito o abate de várias espécies, com acompanhamento do ICNF e tem sido feita a atualização, das espécies que têm sido abatidas, para que se possa maia à frente, fazer a sus compensação, apenas algumas só se percebe quais são depois de feita a desmatação, pois haviam terrenos que estavam em estado selvagem. As espécies de maior abundância, são azinheiras, chaparros, alfarrobeiras, citrinos, zambujeiros, e a oliveira. Tem sido feito um acompanhamento relativo ao ICNF, e a disponibilidade do empreiteiro, que tem demonstrado colaboração com o levantamento do fornecimento do topógrafo. ---------

Em relação à questão colocada pelo **Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime (Nelson Brazão)**, a consignação da Ponte do Barão, será em princípio na primeira semana de março.----------

Em relação à Deputada **Isilda Guerreiro** (CDS), esclareceu que há que cumprir a Lei, não se pode iniciar a obra do Cerro do Galo, sem i visto do Tribunal de Contas. Se e iniciar a obra agora, está-se a incorrer numa ilegalidade e como tal há que aguardar. No dia em que o Tribunal de Contas apresentar o visto, informaremos quando será feito o Auto de Consignação. ----------

Em relação à Rua do Calvário, encontra-se em fase de projeto, existindo ruturas, mas não aquela quantidade que se tenta demonstrar que existe. ----------

Sobre a questão levantada pelo Deputado **Carlos Martins** (BE), informou que foi colocada uma Providência Cautelar pelo senhor Manuel Martins, que é o proprietário das Parcelas 18 e 19, ou seja, das 53 parcelas, houve 4 que não entraram em acordo. A deste senhor, porque não quis entrar em acordo, uma de um proprietário que está no estrangeiro, que é a 33 e a 20, por problemas de ordem matricial. ----------

A Câmara Municipal, soe a Providência Cautelar recorreu dentro do prazo para o Tribunal Superior. A Câmara iniciou obras desde a Parcela 1 à Parcela 12, tendo o proprietário Manuel Martins, interposto outra, tentando demonstrar a ideia que a Câmara, teria entrado na sua propriedade, o que não corresponde à verdade. ---------

A Câmara, contestou novamente tendo sido notificado pelo Juiz do Tribunal, a suspensão da obra e a partir desse momento, com esta forma e com este rigor, foi procedida à paragem da respetiva obra, que arrancará quando o Tribunal Superior se pronunciar.----------

Em relação à questão colocada pela Deputada **Sandra Castro** (CHEGA), informou que a obra de repavimentação, entre a Rotunda do Povo e o Terminal Rodoviário, foi Concurso Público e o valor foi de 269.650,21 €.----------

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara**, que informou sobre o assunto que o Deputado **João Ferreira** (PSD) colocou, terá de se aguardar que alguma decisão seja tomada.----------
Sobre o Loteamento esclareceu que o mesmo é muito antigo, e quando se tentou o licenciamento de uma nova construção, este Executivo, apercebeu-se que havia um erro e imediatamente o corrigiu e não o aprovou o licenciamento. ----------
Referiu que não vale a pena em todas as sessões falar em corrupção e suspeição pois não é por falarem muito nesse tema, que estão a correr dessa forma, que nos "envergonharia a todos", que isso fique claro! ----------
Sobre a questão se mantinha a confiança Diretor de Departamento Joaquim Farrajota que com certeza que mantinha a confiança no Diretor de Departamento Joaquim Farrajota e disse não perceber o porquê da pergunta! Porque não haveria de manter a confiança no Diretor de Departamento - DOGIM? ----------
Disse sublinhar o esclarecimento que o Presidente da Assembleia Municipal, deu, fazendo suas as palavras do Presidente da Assembleia. Nas instâncias de investigação criminal serão dadas as respostas. As respostas que foram dadas pela Senhora Diretora Municipal, foram a seu pedido, sendo o Presidente da Câmara, o responsável pela resposta. ----------
Sobre a questão colocada pelo Deputado **Bruno Guerreiro** (PSD), há várias coisas que não entendeu, foram expressas de forma confusa. Solicitou que as mesmas fossem entregues por escrito para ser dada a resposta por escrito também. ----------
Esclareceu, que a Inframoura e a Infraquinta, são Empresas Municipais Mistas que têm uma parte pública e uma parte privada, o que não faz delas parcerias público-privadas, porque isso é outro estatuto! ----------
---

Foi concedida a palavra à Deputada **Ana Poeta (PAN)**, que respondeu ao Vereador, que o Guia de Boas Práticas do ICNF, é meramente consultivo, as autarquias continuam a ter o dever legal de avançar com o Regulamento, tal já como fizeram em Baião, Lisboa, Lousada e Vila Nova de Famalicão. ----------
---

Foi concedida a palavra ao Deputado **Bruno Guerreiro (PSD)**, que disse que já esperava que o senhor Presidente da Câmara, de escudasse com a resposta por escrito e informou que fará as perguntas por escrito. ----------
Questionou o senhor Vereador Carlos Carmo, se algum membro da Bancada do PSD de há 10 anos atrás. No atual PSD Loulé, não aceita nem quer estar ligado a este tipo de coisas. Disse ainda que antes a dita Empresa a quem era atribuída a exclusividade,

apoiava em muitos milhares de euros os clubes da terra, em contrapartida, agora troca-se se uma exclusividade por uns packs de água. ----------
---

Foi concedida a palavra ao Deputado **João Ferreira (PSD)**, que disse que nas questões que apresentou, não falou aqui em corrupção! A pergunta é muito simples, detetaram e bem, em 2022, depois de 98% dos votos terem sido aprovados, a pergunta é muito simples; "então se está bem este, esteve mal os outros dos 49 anos. Se durante 49 anos, construíram-se 115 moradias, com um índice superior, a pergunta é; o que é que se vai fazer a essas moradias que têm 20% a 25%. A pergunta é; vai-se anular ou vai-se aumentar? ----------
Os 115 quadros sinópticos que estão na Câmara depositados, que foram aprovados sob índices de 25%, se todos os promotores, quiserem fazer menos do que 20%, pergunta o que é que acontece a esses metros? ----------
O que é que a Câmara fez, desde que se detetou que 20% é que está bem? ----------
Essas 115 moradias de luxo, estão mal aprovadas, os atos são nulos, como é que é?
---

Foi concedida a palavra ao Deputado **João Carlos Santos (PSD),** que se referiu à Auditoria Externa, questionada há bocado sobre os avanços, serem ou não, trata-se de um instrumento de clarificação que ao fim ao cabo é aquilo que se pretende. Uma vez mais coloca-se a questão e não há uma resposta cabal e logo se depreende, que o Executivo, não está interessado em clarificar as questões em causa. ----------
Relativamente à questão das algas, para alguns poderá ser uma questão caricata, que não tenha a elevação suficiente para ser debatida, discutida nesta casa. No entanto, se o senhor Presidente pensa ou acredita, que se trata de uma embirração do PSD, pede que vá reunir com a Associação de Concessionários da praia de Quarteira e com as Associações de empresários de Quarteira e tente perceber, quais os prejuízos associados a esta questão da natureza, que pode ser atenuada a través da limpeza das praias. Para isso é necessário que exista um Plano de Contingência, uma recomendação que devia ser seguida e que o Executivo, não responde ou então desvaloriza. ----------
---

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Almancil (Joaquim Pinto)**, que cumprimentou o Presidente da Mesa, e na sua pessoa, todos os presentes e aos que nos seguem a partir de casa. Referiu que uma vez que a senhora Deputada **Isilda Guerreiro** (CDS), fez referência à sua pessoa, como Presidente de Junta, esclareceu que considera que os Deputados desta Assembleia,

que eventualmente pertençam a Grupos Parlamentares das suas Assembleias de Freguesia, não deveriam trazer para aqui os assuntos, que deveriam ter apresentado na Mesa da Assembleia, passando por cima do respetivo Presidente de Mesa, como pelos vistos acabou de acontecer. Deveriam ter atenção em apresentar assuntos de defesa das populações que representam, na respetiva Assembleia. Porque se têm o privilégio de pertencer às duas, é lá o local adequado para o efeito. ----------

---

O **Presidente da Assembleia**, interrompeu a intervenção e esclareceu que esta Assembleia, não pode nem deve ter, qualquer forma de coerção sobre a intervenção dos seus Deputados. Portanto os Deputados de qualquer Grupo Municipal, independentemente do seu Grupo Municipal, de pertencerem ou não, a outros níveis do Poder Autárquico, independentemente de tudo, poderão expressar as suas opiniões nesta Assembleia, desde que o façam de forma respeitosa, como de facto sempre tem acontecido. ----------

E no final do que foi referido, o **Presidente da Assembleia**, voltou a dar a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Almancil (Joaquim Pinto)**, que iniciou dizendo não estar aqui a fazer pressão sobre nada, disse que foi ultrapassado de uma forma que não considera ética, a Mesa da Assembleia de Freguesia de Almancil e o respetivo Presidente. A senhora Deputada, não apresentou lá nada, e agora vem aqui apresentar estes assuntos. Deveria ter apresentado desde logo, na Mesa da Assembleia e não o fez! Foi isso, não está aqui a fazer qualquer coação e que pretendeu apenas demonstrar que a Senhora Deputada, deveria ter tido um procedimento para com a Assembleia de Freguesia e que não teve, uma vez que avançou para aqui com assuntos, que poderia ter lá apresentado desde logo!.----------

---

Para a defesa da honra, foi concedida a palavra à Deputada **Isilda Guerreiro (CDS)**, que disse ter de corrigir o senhor Presidente **Joaquim Pinto**, uma vez que todos os assuntos que aqui trouxe hoje, e traz sempre, passaram sempre pela Assembleia de Freguesia.----------

Em relação à habitação, foi apresentada uma Moção, que falava da habitação, foi chumbada! ----------

Em relação à Rua do Calvário ao Cerro do Galo, foram apresentadas duas Moções em momentos diferentes, que foram chumbadas! ----------

Em relação ao Parque Infantil, foi apresentada uma Moção na última Assembleia e que também foi chumbada! ----------

Em relação à Auditoria, foi proposta uma Auditoria, porque foi sugerindo, que sendo o

Executivo, visado nesta peça, à semelhança com o que o Executivo da Câmara fez, aceitou o desafio da Bancada do PSD e muito bem que o fez! Foi lançado esse desafio ao Executivo, em plena Assembleia, que foi votada esta Proposta de Auditoria e que foi chumbada por 1 voto. Foi votada a favor pela Bancada PSD-CDS, pelo Deputado Independente. E com abstenções da Bancada do PS. Chegou-se à conclusão que a Proposta de Auditoria não foi passada por 1 voto e já são 4. ----------
Gostaria que o Presidente da Junta de Freguesia de Almancil, concretizasse que assuntos é que traz aqui a esta Assembleia, que não tenham passado pela Junta de Freguesia, que passam por lá e que ficam com respostas! ----------
Qual o assunto que aqui traz que não fosse lá falado, porque não aceita esta acusação do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Almancil, porque eu tenho todo o respeito pelas hierarquias e pelas Instituições. ----------
---

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, que questionou quais os procedimentos que a Câmara está a utilizar para evitar o aumento de viaturas abandonadas na via pública generalizado pelo concelho? ----------
---

Posteriormente, foi concedida a palavra à Vereadora **Marilyn Zacarias** para que esta respondesse ao Deputado **Carlos Martins**, que informou que na segunda-feira passada, foi a reunião de Câmara, a questão das viaturas abandonadas, será mais um lote removido. Neste momento não existe mais capacidade para acolher viaturas abandonadas e está sendo estudada uma solução para este efeito. O tempo que leva entre o recolher da viatura até ao seu abate, é muito longo, com o problema adicional, das matrículas estrangeiras, o que impede de ser mais célere o abate das mesmas. -
---

Para esclarecimentos adicionais, foi concedida a palavra ao Vereador **Carlos Carmo**, que referiu que no site do ICNF, o Guia será elaborado em estreita colaboração com os cuidados intermunicipais, e no âmbito da publicação do Regime Jurídico da Gestão do Arvoredo, compete ao ICNF, elaborada a Proposta de Guia de Boas Práticas no prazo de 6 meses que constituirá uma referência para a elaboração dos instrumentos de Gestão Municipal. Os municípios no Algarve estão com o mesmo problema e estão todos a proceder da mesma forma fizeram propostas e estão à espera do Parecer por parte do ICNF. ----------
---

Foi concedida a palavra para esclarecimentos adicionais, ao **Presidente da Câmara**, que informou que em relação às Algas, trata-se de um problema muito sério que está

a ser equacionado a nível regional, sendo uma das consequências da mudança do clima e é potencialmente uma ameaça económica, que está sendo acompanhada com outros municípios. ----------
Sobre a Auditoria, está a ser trabalhada e irá ser feita. ----------
Sobre a questão da Asa Branca, a autarquia não vai comprar os blocos da Asa Branca, aqueles fogos são propriedade de IRHU e haverá um momento onde eles serão transferidos para o município. Depois a autarquia entrará com um Plano Geral de recuperação daquelas habitações. Neste momento o trabalho está concentrado ao nível das políticas de habitação a nível local, noutras frentes de trabalho, que são muitas! ----------
Em relação às 115 moradias em Vale do Lobo, colocada pelo Deputado João Ferreira (PSD), essa questão não se colocou ainda, e quando for colocada ver-se-á na altura o que fazer! ----------
---

Foi concedida a palavra ao Deputado **João Ferreira (PSD)**, que devido à inexistência de resposta sobre as moradias de Vale de Lobo, colocou mais uma vez a questão; o que é que o Executivo vai fazer a essas 115 moradias? ----------
---

Foi concedida a palavra ao Deputado **Bruno Guerreiro (PSD)**, que questionou o senhor Presidente da Câmara, se acha que há alguma hipótese da Auditoria ser iniciada durante os próximos 3 anos? ----------
---

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara**, que disse achar a pergunta mal-educada e não ter nada a acrescentar aquilo que disse! ----------
---

O **Presidente da Assembleia,** referiu que não havendo mais questões e esgotado o tempo do período antes da ordem do dia procedeu à apresentação do **ponto seguinte**; ----------
---

**3 - Período da Ordem do Dia:** ----------
---

O **Presidente da Assembleia**, informou que o **Presidente da Câmara**, solicitou o agendamento urgente para apresentação nesta Assembleia de 2 Propostas, aprovadas na Reunião do executivo Camarário, de 13 de fevereiro, tendo sido as mesmas enviadas, para os Deputados, e que para esclarecimento da urgência passava a palavra ao Presidente da Camara. ----------

Tendo sido concedida a palavra o **Presidente da Câmara**, disse que devido ao adiantado da hora, em nome de todo o Executivo, era para que se pudesse passar para o primeiro ponto, as alíneas c) e d), matéria urgente para deliberação, que tem a ver com a gestão orçamental. ----------

---

O **Presidente da Assembleia**, informou a Assembleia que o Executivo também solicitou o agendamento de 2 pontos à Ordem de Trabalhos, com carácter urgente, relativamente às Medidas Preventivas de Quarteira Nascente - Proposta de Correção Material relativamente às Medidas Preventivas de Quarteira Nascente e a Proposta do Prorrogação do Prazo de Vigência de Renovação dessas Medidas e como elas não faziam parte da Ordem de Trabalhos, aquilo que se impõe é que a Assembleia, aceite a inclusão destes 2 pontos. São ambas para conhecimento, trata-se de Renovações. ----------

---

Foi concedida a palavra, para uma intervenção solicitada pelo Deputado **Carlos Martins (BE)**, que referiu que embora sejam ambas para conhecimento, o caracter de urgência não compreende bem a urgência porque a Câmara aprovou e a matéria que comporta as 2 Propostas, os Deputados têm de ser esclarecidas. Dado o volume de pontos que estão em discussão, e dado o pedido do Sr. Presidente, não vê qualquer impedimento para que seja encaixado na Ordem de Trabalhos. ----------

---

O **Presidente da Assembleia,** referiu que a Proposta da Mesa, é que estas duas Propostas, com matéria de deliberação, sejam sempre em 1º lugar, conforme já acordado na Conferência de Representantes, seguindo-se as matérias de apreciação ou de conhecimento para segundo plano. ----------

---

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara**, que referiu que esta questão prende-se com prazos, e para que se posa tornar efetivo, as Medidas que suspenderam o PDM, daquela área a as medidas têm de ser renovadas, sob pena de se correr o risco de áreas sensíveis, o município está a trabalhar nos termos da Revisão do PDM, para que elas possam ser protegidas da pressão imobiliária de grande densidade, possa tornar-se efetivo. Por isso foram adotadas aquelas Medidas Preventivas e agora o Executivo pretende prolongá-las. É preciso a Assembleia Municipal aceitar esta Proposta e a outra é uma Correção material, porque havia um loteamento naquela área que houve um desenho que abrangeu, um lote para o qual estava prevista uma Unidade Hoteleira e teve de ser tomada esta Medida porque não

se sabia se a Câmara iria sair bem nesse processo e pudesse ser chamada a indemnizar o proprietário com o Loteamento, numa soma incalculável. ----------
O que é prudente do ponto de vista da Câmara, é fazer uma correção material aqueles limites. O investidor teve uma reunião na Câmara, e o que está em cima da mesa, é o ser desenvolvido ali uma unidade hoteleira com todos os requisitos ambientais com carácter de sustentabilidade. ----------
---

O **Presidente da Assembleia**, esclareceu que as matérias económicas serão discutidas em primeiro lugar dada a urgência de tudo isto, nestas alíneas de caráter financeiro, nomeadamente as alíneas c) e d). Devido ao volume de pontos a discutir, a continuação desta Assembleia, será realizada no dia 24 de fevereiro. Os Deputados serão convocados para a continuação da mesma. ----------
---

Passou-se de imediato à votação da inclusão destas 2 Propostas, como alínea l) - Proposta 364-2023 e m) - Proposta 365-2023, as quais **foram aprovadas** a inclusão das alíneas.----------
---

Passou-se à **votação da Alteração da Ordem de Trabalhos**, as alíneas c) e d) em primeiro ponto para análise. ----------
Foi **aprovada por maioria,** com 1 voto contra do PSD e 1 abstenção do CDS. --------
---

**c)- Proposta da Câmara nº 120-2023 [DAF]- Deliberação** relativa à **1ª. Alteração Orçamental Modificativa da Receita, 1ª. Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 1ª. Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e 1ª. Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais**; ----------
---

**d)- Proposta da Câmara nº 130-2023 [DAF]- Deliberação** relativa a **Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais**; ----------
---

Foi concedida a palavra ao Vereador **David Pimentel**, para que este fizesse a apresentação das alíneas em conjunto. Iniciou por agradecer a permissão para a alteração da Ordem de Trabalhos destas alíneas c) e d) nomeadamente. Informou que a Alteração Orçamental Modificativa é a primeira, acontecendo sempre no início do ano em todas as Autarquias Locais. Até 2020 era dependente a integração do saldo de Conta de Gerência, Prestação ao de Contas e Lei do Orçamento de Estado, prevê.se que possa ser integrado após o Mapa de Desempenho. ----------

Esclareceu ainda, que a Lei do Orçamento de Estado, mudou para permitir que as Autarquias Locais, antecipem o lançamento de diversas empreitadas, obras, atividades municipais, que estão contempladas com a integração do Saldo de Gerência. ----------
---

Foi concedida a palavra, ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse ser a opinião do GM do BE, que uma alteração a um orçamento em 72 milhões de euros, todos os Grupos Municipais, devem tentar saber porquê! A grande maioria dos municípios deste país, não tem o orçamento superior ao valor desta revisão orçamental, que se traduz num aumento de 72,8 milhões de euros, no orçamento municipal para 2023, através da utilização parcial do saldo de gerência anterior. O saldo de gerência anterior foi de 78 milhões de euros. ----------
O Saldo de Gerência para 2023, atingiu 75,8 milhões de euros e com esta Alteração Orçamental Modificativa, o Município de Loulé, passa a ter os 250 milhões de euros, que está entre o quarto e o quinto do país. Esta Revisão Orçamental, pelo volumoso valor e pela quantidade de investimentos, merecia vir acompanhado de um documento explicativo e justificativo. ----------
É uma alteração substancial, em que seria proveitoso, vir um documento que explicasse várias rúbricas importantes que estão aqui. Aparecem muitas rúbricas, para os quais não sabemos qual é em concreto a sua finalidade ou em que freguesia serão realizadas. ----------
As inscrições da dotação não definida no orçamento inicial, são imensas. As alterações à dotação financeira também. ----------
Questionou, nesta Alteração Modificativa ao Orçamento, há várias rúbricas com "aquisição de terrenos", existem uma com reforço outras com mais reforço, totalizando um valor substancial de mais 5 milhões de euros, não havendo referência de onde se localizam e qual o objetivo, habitação, estradas. Solicitou que no futuro etas questões venham melhor explicadas com transparência na gestão pública. ----------
O problema que o CHEGA apresentou, que o GM do BE, concorda em parte, sendo os processos distintos e que é resolver o problema da habitação, e tem no documento para aquisição de imóveis, várias rúbricas mas que não se sabe o destino desses imóveis, como não se sabe a quantidade de fogos previstos, e em que freguesias vão ser compradas, e que é importante se saber, nomeadamente em Almancil não se sabe o que é que vai criar, como foi referido pela representante do CDS.----------
Referiu-se à omissão de transparência onde refere, "construção de edifício municipal em Loulé" 500 mil euros, este edifício localiza-se onde e serve para quê? ----------

É importante que seja devidamente esclarecido antecipadamente, pelo senhor Vereador.----------
---

O **Presidente da Assembleia**, referiu da necessidade de eventualmente as Assembleias Municipais, e como acontece em algumas Assembleias, os próprios Grupos Municipais poderem ser enquadrados por assessoria técnica em certas matérias financeiras. ----------
---

Foi concedida a palavra ao Presidente da Câmara, que informa ser o Vereador **David Pimentel**, a usar da palavra para esclarecer dúvidas suscitadas. Começou por dizer que está disponível para receber questões por escrito, caso não sejam esclarecidas aqui.----------
Primeira nota, o valor do IMT que vem na Prestação de Contas, do ano passado, é de 84,8 milhões de euros, que tem a ver com a política que tem vindo sendo adotada, da melhoria do espaço público, e contenção de alguns índices de construção em áreas protegidas e o que faz a nobreza do nosso espaço que faz com que o preço médio, em determinadas zonas seja elevado e o preço de venda produza valores de IMT. – No Orçamento de Estado de 2021, houve uma alteração de taxa máxima de IMI de 6 para 7,5% para imóveis acima de 1 milhão de euros, fez uma diferença não só no município, a nível nacional. O valor de IMT, tinha sido orçamentado com prudência, 95% daquilo que era o valor legalmente aceite. ----------
Sobre o facto das rúbricas não serem transparentes, a aquisição de terrenos quando elas têm rubricas que dizem o ano à frente. Sobre o terreno do Mercado da Fruta em Quarteira, foi cabimentado o ano passado, esteve a ser tramitado o processo negocial das parcelas e só este ano é que vai ser concretizado. Esse valor de 1,3 milhões de euros, já veio à aprovação da Assembleia Municipal e vai ser remetido para Tribunal de Contas. ----------
Estamos à procura de terrenos para estacionamento em várias localidades nos principais centros urbanos, o que significa que se tem que cabimentar verbas ----------
Sobre a aquisição de imóveis, referindo que foi recentemente adquirido o imóvel ao lado do Cine-Teatro, no valor de 450 mil euros, e não veio à Assembleia Municipal porque é abaixo do valor que é obrigatório vir à Assembleia. A aquisição do imóvel é para potenciar um dos ex-libris aqui da cidade, na promoção da cultura e que necessitava de um espaço adjacente, para ampliar a atividade do Cine-Teatro. --------
Sobre o valor da construção do Edifício Municipal, é o valor estimado daquilo que são os projetos de arquitetura e de especialidades para um Centro de Inovação e de

Investigação Científica.----------
Esclareceu ainda que nos Compromissos Plurianuais, há de facto algumas alterações nos Compromissos Plurianuais, principalmente porque há alterações de revisões de valores de intervenção, exemplificando que no Centro Histórico de Loulé, cujo regulamento teve que ter uma revisão de preço e que foi incorporado na Revisão Orçamental na incorporação de Saldo de Gerência, no valor de 200.000,00 €.----------
---

Foi concedida a palavra à Deputada **Ana Poeta (PAN)**, que disse não compreender muito bem, os valores da transferência para as IPSS´s para apoio de atividades de interesse comunitário, que são 700 mil euros, não entende o que é o interesse comunitário. Os Contratos-Programa, 398 mil para desenvolvimento cultural, o que não é explícito. ----------
Referiu-se a uma nova rúbrica de nadadores-salvadores, cerca de 235 mil euros, cerca de 100 mil euros para este ano e para o próximo ano, 135 mil euros. Não entendeu se essa verba era para recursos humanos? ----------
---

Foi concedida a palavra ao Vereador **David Pimentel**, que informou que as atividades das IPSS´s, verbas que estão a ser cabimentadas para investimentos na eficiência energética na melhoria das suas instalações, há várias intervenções dessa natureza, há uma verba cabimentada para essas atividades, é um valor genérico para várias IPSS´s do concelho. Este é um valor genérico para os vários Contratos-Programa que serão celebrados. É um cabimento que depois será utilizado proporcionalmente por diversas entidades. Isso ficará depois apenso nas Atas de Reunião de Câmara, os Vereadores depois vão decidindo como é feito o investimento. Sobre o serviço dos Nadadores-salvadores é por uma questão de transparência, tinha que se identificar qual é o valor que nas nossas piscinas municipais, temos um valor adstrito, aquilo que é a vigilância dos utentes, que acabou de se elencar e é no sentido da transparência que é trazida aqui esta rúbrica adicionalmente. ----------
---

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, que agradeceu a explicação que foi dada pelo senhor Vereador e reitera a sua insistência, para que de futuro, sejam feito um documento explicativo, que leve os deputados a votar em consciência, sabendo que aquele dinheiro vai para aquele fim e para se poder pedir contas mais tarde. ----------
Disse ainda, que não viu dinheiro esta alteração orçamental para o Canil Municipal, pois é uma situação emergente em termos de causa pública, pois o mesmo está numa

zona urbana, conflituosa, e a Lei exige há muitos anos, que aquela infraestrutura seja retirada dali. Soube-se que a Câmara adquiriu ou vai adquirir um terreno, mas nesta Alteração Orçamental, não consta nenhum reforço nem rúbrica para o Canil Municipal. Questionou, onde está localizado o Centro de Educação e Cultura, se Quarteira ou Loulé, previsto com 417 mil euros?----------

---

Foi concedida a palavra ao Vereador **David Pimentel**, para responder, informando que a verba que estava no orçamento para o Canil e Gatil, já estava, era apenas o valor do projeto. Aqui estamos na incorporação do saldo de Conta de Gerência, mas no orçamento original, já lá estava inscrita a rúbrica, por isso é que não aparece aqui; apenas aquelas intervenções ou investimentos que estavam pendentes de integração de saldo de Conta Gerência e terá que recuperar o documento do orçamento de 2022, aprovado no dia 12 de dezembro, que engloba o valor do projeto. ----------
Sobre a maior clareza nos documentos, fica desde já a Nota. ----------
Disse querer fazer uma correção, que é a integração do saldo de Conta de Gerência, não é apenas desde 2020, passível antes de ser feita, antes da aprovação da Prestação de Contas, é desde 2017. ----------
Sobre o Centro de Educação e Cultura, os 417 milhões de euros, é o valor do projeto de arquitetura e especialidades e refere-se efetivamente ao CEQ de Quarteira. --------

---

Foi concedida a palavra ao Deputado **Bruno Guerreiro (PSD)**, que questionou o Vereador David Pimentel, sobre as parcelas do Mercado da Fruta de Quarteira, no período do público, houve uma pergunta, acerca dessas parcelas se já estavam todas resolvidas ou houve algum contencioso? ----------

---

Foi concedida a palavra ao Vereador **David Pimentel**, para responder à questão colocada pelo Deputado **Bruno Guerreiro** (PSD), informando que no total são três prédios tendo a Câmara Municipal adquirido dois, no total de 82,75% do total do terreno que está adquirido. Há uma parcela que está em litigância e está em Tribunal e está a ser neste momento negociada com o município. ----------

---

O **Presidente da Assembleia**, questionou o Executivo sobre a proposta feita pelo Deputado **Carlos Martins** (BE), no que respeita aos documentos com as alterações orçamentais, passarem a vir acompanhados de informação mais detalhada, ao que o **Presidente da Câmara**, disse que sim. ----------

---

**Passou-se à votação**; ----------
---

**c)- Proposta da Câmara nº 120-2023 [DAF], foi aprovada por maioria, com 26 votos a favor (22 PS, 2 PSD, 1 BE, 1 PAN) e 10 abstenções (6 PSD, 2 CHEGA, 1 CDS, 1CDU).** ----------
---

**d)- Proposta da Câmara nº 130-2023 [DAF], foi aprovada por maioria, com 33 votos a favor (22 PS, 8 PSD, 1 BE, 1 CDS, 1 PAN) e 3 abstenções (2 CHEGA, 1 CDU)**.----------
---

O **Presidente da Assembleia**, informou que restava pouco tempo para a apresentação da alínea **a)- Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município**, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; e como tal, iniciar-se-ia na próxima sexta-feira, dia 24 de fevereiro, com este ponto. ----------
Deste modo, propôs que se analisasse a alínea f). ----------
---

**f)- Proposta da Câmara nº 2797-2022 [DMADS] - Deliberação** relativa à **Proposta de Retificação - Declaração de "Inequívoco Interesse Público" do projeto de construção de uma Estrutura Residencial para Idosos no sítio da Serra ou Fazenda da Serra**; ----------
---

O **Presidente da Assembleia**, referiu que a discussão desta alínea, teve a aprovação de todos os Grupos Municipais. ----------
Trata-se de um assunto que já foi aprovado nesta Assembleia Municipal, é apenas a correção de um pormenor burocrático, Retificação - Declaração de "Inequívoco Interesse Público". ----------
---

Foi concedida a palavra para a apresentação desta alínea, ao **Presidente da Câmara**, que referiu ter havido um lapso na elaboração da Proposta, onde foi mencionada uma Lei com um determinado artigo, tendo sido comunicado posteriormente que era outra Lei e houve uma troca da base legal para que este assunto fosse aqui trazido, nada mais havendo a acrescentar. ----------
---

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse, que apesar

deste documento ser uma Retificação, deveria ter vindo acompanhado dos documentos que frisa na Proposta, a questão do Parecer favorável e do Estudo do Impacto Ambiental. Apesar do assunto já ter sido aprovado nesta Assembleia Municipal, para dar consistência à Proposta, que esses documentos fossem anexados à Proposta. ----------

---

O **Presidente da Assembleia**, esclareceu que já tinha colocado essa questão ao Executivo, tendo sido dada uma explicação, sendo que toda essa documentação, incorpora o Projeto que foi apresentado e que se mantém válido em todas as suas peças, à exceção da alínea, que foi alterada e que a correção deste artigo fosse feita nesta Assembleia. Uma vez que o documento já passou por cá não existem dúvidas sobe o mesmo. ----------

---

**Passou-se à votação**; ----------

---

**f)- Proposta da Câmara nº 2797-2022 [DMADS]; foi aprovada por unanimidade.** -

---

Mais informou o **Presidente da Assembleia**, que será enviada convocatória para a continuação desta Assembleia, com a restante Ordem de Trabalhos para a próxima sexta-feira, dia 24 de fevereiro. ----------

---

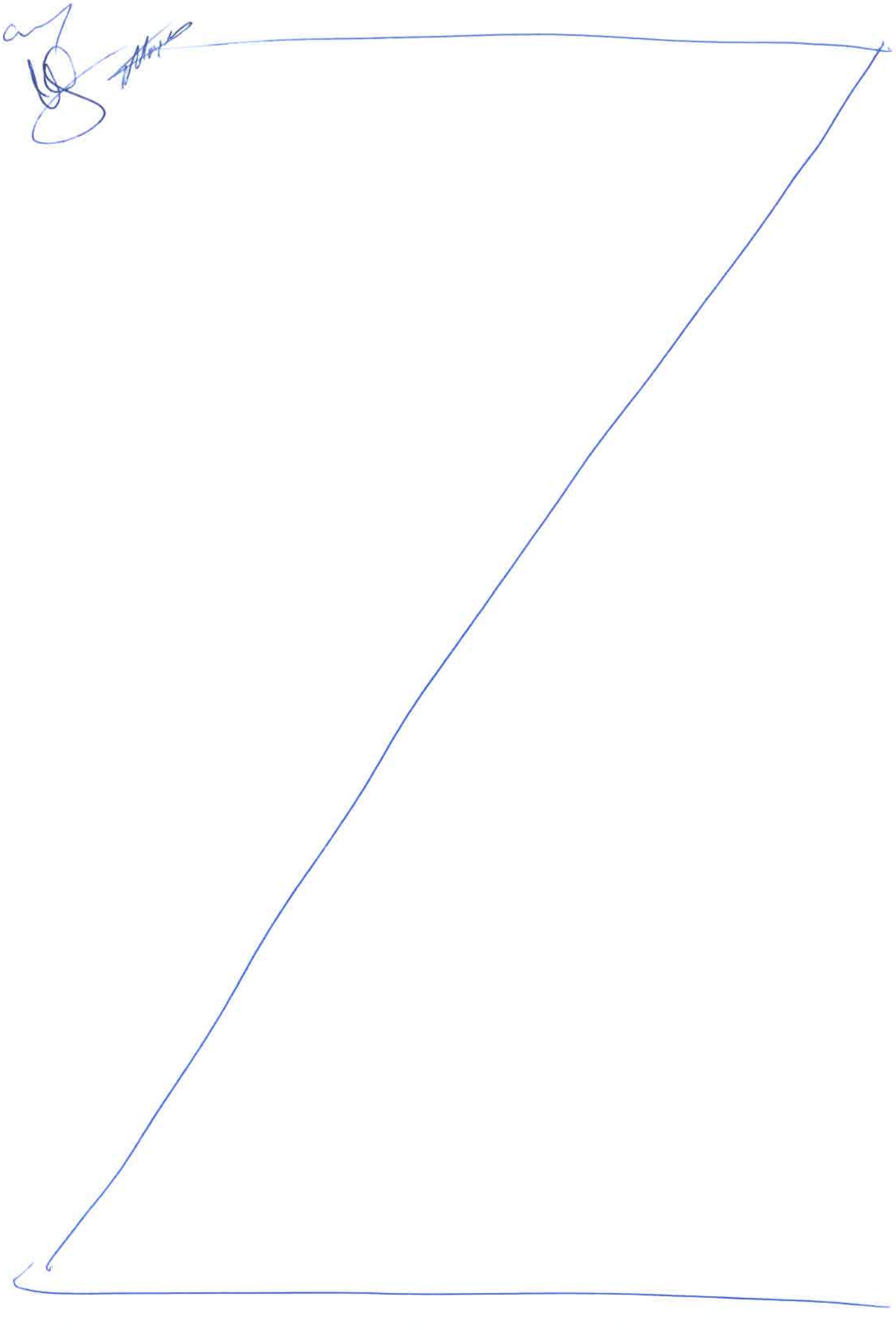
O **Presidente da Assembleia**, deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata cujos documentos constantes na lista anexa passam a fazer parte integrante, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais. ----------

---

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**_____

**O 1º SECRETÁRIO em exercício** Fernando Ferreira Marques

**A 2ª SECRETÁRIA em substituição**_____



Anexo A

Assembleia Municipal de Loulé
Nº Entrada 4/2023
17/02/2023

# VOTO DE PESAR

Vem a Freguesia de São Sebastião, representada pelas entidades autárquicas Executivo, Mesa e todos os partidos políticos da Assembleia de Freguesia propor um voto de pesar conjunto com a Assembleia Municipal de Loulé pelo falecimento do Sr. José Gonçalves Grosso no passado dia 05 de janeiro de 2023.

Natural do Parragil, Freguesia de São Sebastião, onde nasceu a 1 de março de 1939, foi um dos mais ativos e prestigiados dirigentes da então Sociedade Recreativa Parragilense, tendo sido presidente da mesma nos anos de 1967, de 1974 a 1978 e em 1981. Já mais recentemente e sob a designação de Centro Social e Cultural Parragilense, integrou alguns mandatos na qualidade de Vice-Presidente.

Foi Presidente da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de São Sebastião entre outubro de 1974 e janeiro de 1977, tendo estado envolvido na reforma administrativa necessária à realização das primeiras eleições livres com sufrágio universal realizadas no país.

Desta forma a Assembleia Municipal, o Executivo da Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia endereçam aos familiares e amigos as mais sentidas e sinceras condolências.

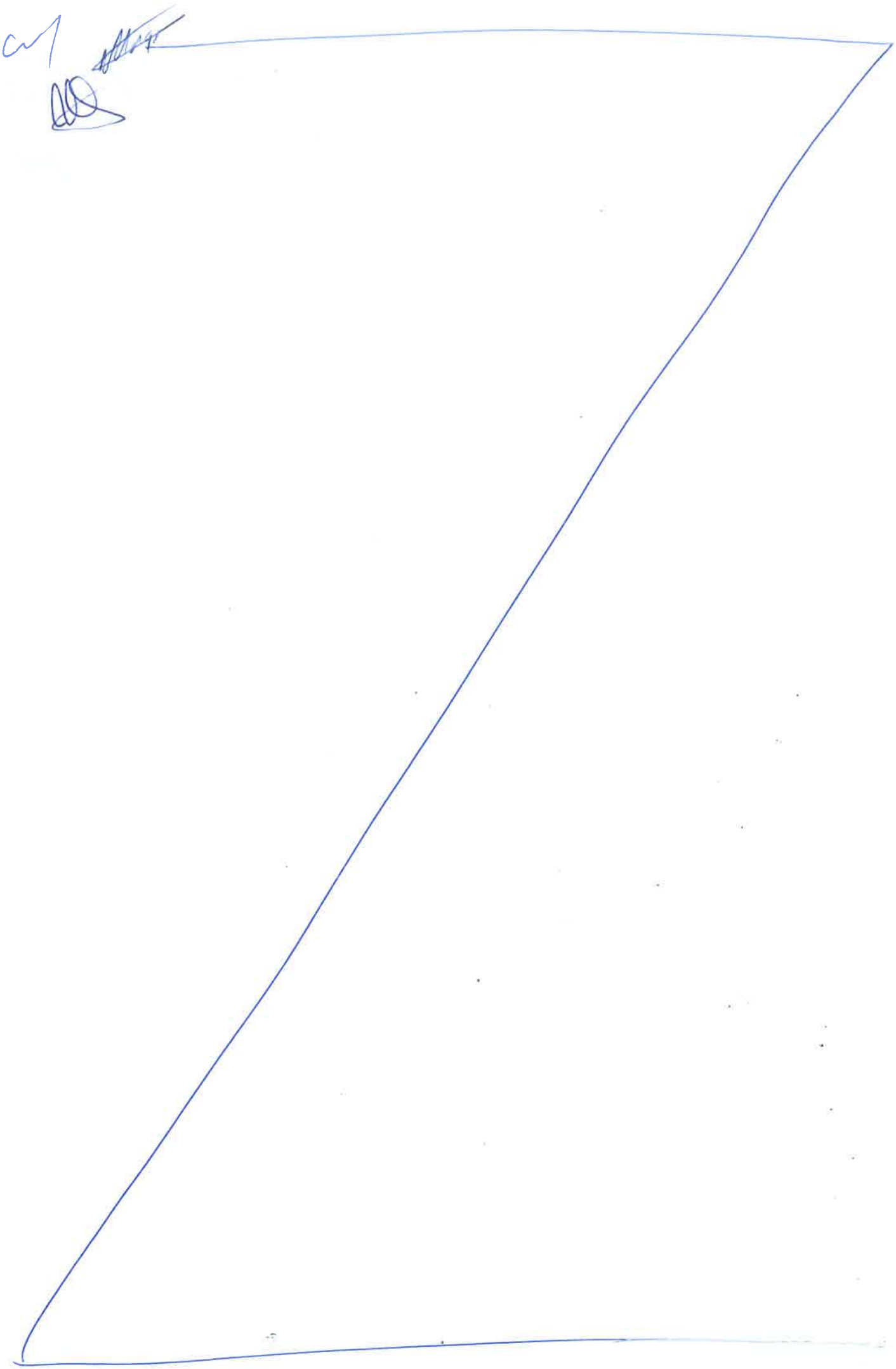
Loulé, 17 de Fevereiro de 2023

O Presidente da Assembleia Municipal de Loulé

O Presidente de Junta de Freguesia de São Sebastião

O Presidente da Assembleia de Freguesia de São Sebastião

Todas as bancadas representadas na Assembleia Municipal de Loulé e Assembleia de Freguesia de São Sebastião



Anexo B

**DECLARAÇÃO DO GRUPO MUNICIPAL DO PS**

**RELATIVO AO VOTO DE PESAR APRESENTADO PELA JUNTA DE FREGUESIA DE S. SEBASTIÃO**

**Pelo falecimento do cidadão José Gonçalves Grosso**

O Grupo Municipal do PS associa-se ao voto de pesar apresentado pela Junta de Freguesia de S. Sebastião, pelo falecimento do cidadão **José Gonçalves Grosso** ocorrido no passado dia 5 de janeiro.

O objetivo desta nossa declaração será o de acentuar a participação política e cívica do referido cidadão, carreando alguma informação que julgamos ser de elementar justiça associar à sua memória, complementando, assim, o voto de pesar apresentado pela Junta de Freguesia de S. Sebastião.

Como referido, José Gonçalves Grosso nasceu no Parragil, freguesia de S. Sebastião, a 1 de março de 1939, filho de João Francisco Grosso e de Teresa Gonçalves Grosso.

Em termos académicos, frequentou o antigo externato Infante D. Henrique, em Loulé, vulgo colégio da D. Arlinda, tendo prosseguido os seus estudos secundários no Liceu João de Deus, em Faro. Posteriormente, frequentou o curso de ciências Físico-Química na Faculdade de Ciências de Lisboa, o qual não finalizou devido ao falecimento do seu pai.

Começou, então, a trabalhar no negócio de família ligado ao ramo das empreitas, dedicando-se, posteriormente, à construção civil. Mais tarde enveredou pela atividade comercial sendo gerente de um supermercado na Rua Ascensão Guimarães, na cidade de Loulé.

José Gonçalves Grosso esteve muito ligado ao movimento associativo local tendo exercido as funções de Presidente da Sociedade Recreativa Parragilense nos anos de 1967, de 1974 a 1978 e em 1981.

Empreendedor, foi sob a sua direção e graças à sua veia filantrópica que a coletividade se modernizou também ao nível de recursos materiais e equipamentos, tendo sido graças à sua persistência e capacidade galvanizadora que a mesma resistiu aos tempos conturbados do pós 25 abril.

Na década de oitenta foi ainda Presidente da Assembleia Geral da mesma coletividade. Também integrou os corpos sociais da coletividade Centro Social e Cultural Parragilense, a qual sucedeu à Sociedade Recreativa Parragilense.

Democrata convicto sempre pugnou pelo bem coletivo, tendo participado ativamente nos processos da construção do Portugal democrático pós 25 de abril.

Nesse âmbito, foi Presidente da Comissão Administrativa da Junta de freguesia de S. Sebastião entre outubro de 1974 e janeiro de 1977, tendo estado envolvido na reforma administrativa necessária à realização das primeiras eleições livres por sufrágio universal realizadas no país.

Foi membro da Assembleia Municipal de Loulé, representando o Partido Socialista, em diversos mandatos na década de 90.

Em 2014, na comemoração do 40.º aniversário da Revolução de Abril, a Câmara Municipal de Loulé agraciou-o com a Medalha Municipal de Mérito Grau Prata.

Desta forma, a Assembleia Municipal de Loulé homenageia o cidadão exemplar, íntegro e altruísta, propondo um minuto de silêncio em sua memória e apresenta as mais sentidas condolências à sua família e amigos mais próximos.

Loulé, 17 de Fevereiro de 2023

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista
com assento na Assembleia Municipal de Loulé.

Anexo C

Assembleia Municipal de Loulé
Nº Entrada 1/2023
13/02/2023

**CHEGA**

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Loulé

PROPOSTA

**Assunto: Plano de emergência habitacional: "Com todos Construir +Acessível"**

A falta de habitação acessível é um problema que se agrava de forma incomensurável afligindo pessoas e empresas por todo o concelho.

Os particulares continuam a reabilitar algumas casas para arrendar ou explorar, e os construtores continuam a construir os seus empreendimentos caros.

A Câmara Municipal, apesar das suas iniciativas propostas, ainda não conseguiu colocar quaisquer novos fogos ao serviço da população.

Consideramos que está mais que verificado que o problema da falência habitacional em Loulé não será resolvido se depender somente da construção pública. O Partido CHEGA concorda com a posição do Sr. Presidente de Câmara já expressa em sede de Assembleia Municipal de que é preciso envolver a comunidade e os agentes privados nesta causa.

Assim, visando alterar o paradigma desesperante da escassez de habitação acessível em Loulé, o Partido CHEGA entende que faz falta um choque habitacional para reequilibrar o mercado de habitação no concelho de Loulé e que compete à autarquia desenvolver novos programas que estimulem e envolvam os promotores particulares a participar mais na criação de mais fogos acessíveis para a população.

Por isso propomos que a Câmara Municipal desenvolva os necessários esforços para elaborar e executar um Plano de estímulo à construção de habitação acessível por parte dos agentes privados, que inclua entre outras o desenvolvimento das seguintes ideias:

a) Criação de parcerias público-privadas para a conceção e execução de fogos a custos controlados.

b) Programa municipal para reabilitação de cooperativas de habitação existentes e criação de novas cooperativas de habitação.

c) Agilizar todo o sistema de licenciamento municipal por forma a encurtar os tempos dos processos de licenciamento e assim reduzir aquele que é o maior desincentivo ao investimento privado.

d) Criação de pactos colaborativos com as principais construtoras no concelho, para que estas se vejam estimuladas em investir uma proporção do seu investimento em habitação acessível.

**Assim, o Grupo Municipal do partido CHEGA propõe que esta Assembleia Municipal, reunida no dia 12 de Dezembro de 2022, delibere:**

**1 – Propor à Câmara Municipal de Loulé que crie e desenvolva um novo Plano de Emergência Habitacional, que inclua parcerias de concepção-execução, cooperativas de habitação, agilização do processo de licenciamento e pactos colaborativos; um programa que funcione como um forte estímulo aos promotores privados a aumentar a construção de habitação acessível no Concelho.**

**2 – Dar conhecimento da presente deliberação à comunicação social local e regional.**

Loulé, 17 de fevereiro de 2022

P'lo Grupo Municipal do partido Chega

(Sandra Ribeiro e Sandra Castro)

Anexo D

# Declaração de voto

O Grupo Municipal do PS vota contra a moção apresentada pelo partido CHEGA fundamentando a sua posição nos seguintes termos:

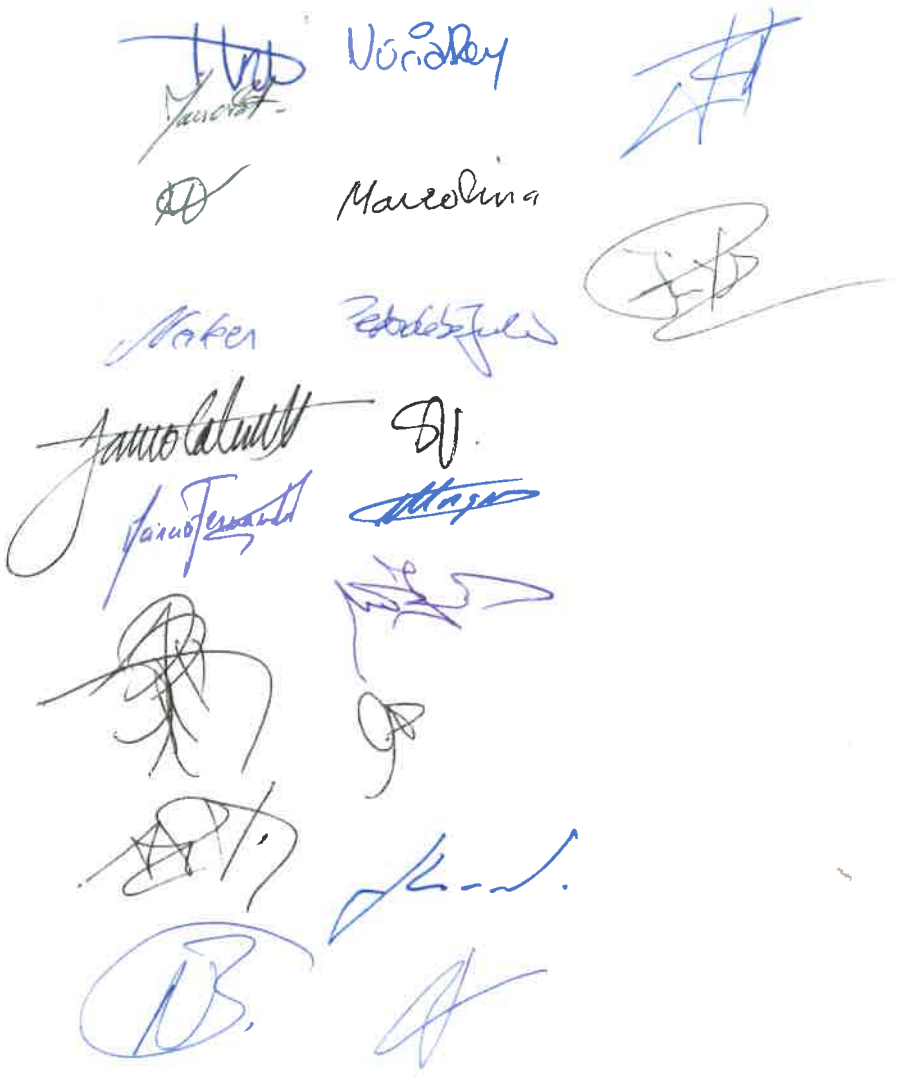
1. O município tem desenvolvido um programa robusto em termos habitacionais desde o final do ano de 2018, cujos resultados começam agora a ser mais visíveis como sejam:
   a. Já adquiriu 38 frações no mercado pelo valor de 5.618.8000€;
   b. Também adquiriu entre terrenos, lotes, parcelas com capacidade construtiva e prédios para requalificação, o equivalente a 250 fogos, no valor de 4.032.600€
   c. Destes 250 fogos, 113 estão em fase de execução ou em fase de lançamento da empreitada, cujos custos estão orçados em quase 18 milhões de €;
   d. Prevê-se, a médio prazo, o lançamento de outras empreitadas orçadas também em cerca de 17,5 milhões€;
   e. Para além destes valores o município irá lançar em breve uma oferta pública para a aquisição de cerca de 110 fogos;
   f. O município também tem apoiado o arrendamento, através do regulamento do subsídio ao arrendamento, atribuindo, em certas condições valores muito significativos.
   g. No ano de 2021/2022 foram aprovadas 134 candidaturas de agregados familiares com contratos de arrendamento e no ano de 2022/2023 foram aprovadas mais 161 candidaturas, cujos valores de subsídio ascenderam a 423.880€;
2. Por outro lado, a proposta do CHEGA inclui a criação de parcerias público privadas proibidas por lei para os municípios; só o governo pode estabelecer parcerias público-privadas
3. É necessário esclarecer que a criação de cooperativas não compete à Câmara Municipal, sendo da livre iniciativa dos cidadãos;
4. Também se torna necessário afirmar que não é possível a criação de pactos colaborativos com as principais construtoras no concelho tal como o partido

CHEGA propõe uma vez que tal constitui um CRIME dado que viola as regras da contratação pública;

Por fim queremos reforçar que ainda temos um longo caminho pela frente, mas os primeiros passos estão dados. Especialmente porque o PS é o primeiro partido a preocupar-se com a emergência da habitação.

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista

Loulé, 17 de fevereiro de 2023



Anexo E

LOULÉ
BLOCO DE ESQUERDA

## DECLARAÇÃO DE VOTO

É uma evidência, que passados dez anos de gestão socialista, o problema da escassez de oferta pública de habitação, se agravou e com isso, contribuiu para o aumento das rendas e do preço das habitações, pelo que se torna urgente rever toda a programação e objetivos da Estratégia Local de Habitação. Começaram tarde, sem planeamento atempado, com pouca vontade política e os resultados estão á vista.

O BE é muito sensível aos problemas habitacionais dos portugueses, em especial no nosso concelho e por diversas vezes alertou o executivo para a situação dramática que vivem muitas famílias que desesperam por encontrar uma casa a preços compatíveis com os seus rendimentos.

Nesta altura, não existem soluções milagrosas e de curto prazo para resolver esta situação, pelo que a aposta da câmara deverá recair no arrendamento apoiado e acessível, na aquisição de fogos para os casos urgentes, apostar em políticas de grandes investimentos públicos e na reabilitação urbana, incentivando e apoiando os proprietários.

A proposta apresentada pelo Chega "**Plano de emergência habitacional: "Com todos Construir + Acessível"**, resume-se numa mão cheia de nada, como tal, votámos contra pelas seguintes razões:

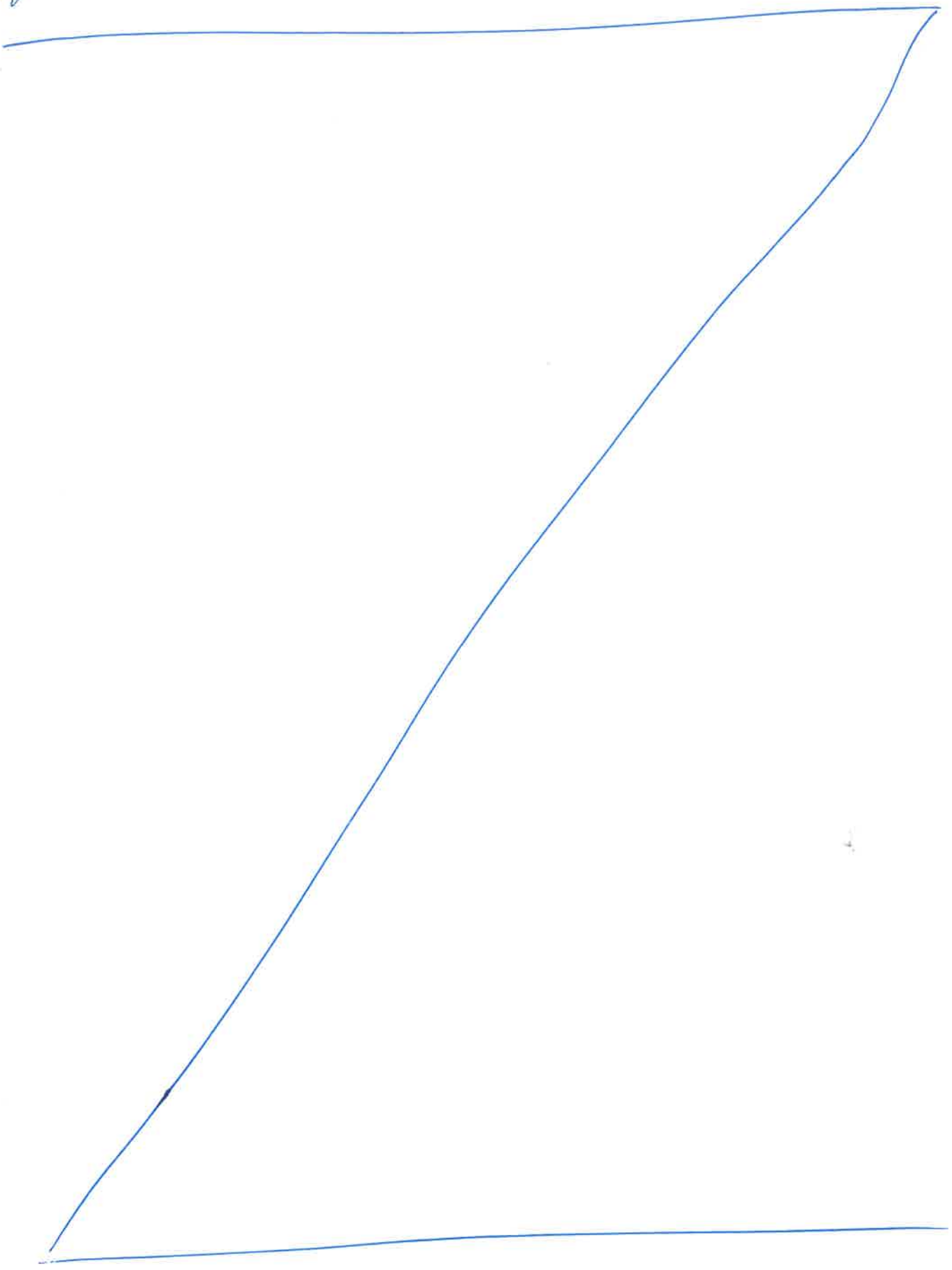
1. As propostas não têm consistência legal e ultrapassam as competências do Município, apelando à resolução do problema da escassez de habitação se resolve com recurso a "agentes privados" através de parcerias publico/privadas, com "pactos colaborativos com os principais construtores do concelho..." não mencionando o recurso e incentivo à reabilitação urbana;

2. Não compete ao município a "reabilitação de cooperativas (...) e criação de novas", mas aos seus cooperantes e à sociedade civil a organização que melhor entenderem para resolver os seus problemas habitacionais. Compete à câmara criar condições, disponibilizar terrenos e colaborar na concretização dos seus objetivos, como já o fez nos anos oitenta em relação às cooperativas existentes e o trabalho realizado está à vista em Loulé e Quarteira.

O BE tem lutado ao longo de muitos anos e continuará a lutar em defesa do direito à habitação, pela aplicação da Lei de Bases de Habitação, no cumprimento e atualização da Estratégia Local de Habitação – 2020-2030.

Loulé 17 de fevereiro de 2023
Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

(Carlos José da Silva Martins)



Anexo F

Assembleia Municipal de Loulé
N.º Entrada 2/2023
14/02/2023

Bloco de Esquerda
Grupo Municipal

# MOÇÃO DE ACTUALIDADE E URGÊNCIA
## Promover a escola pública e o respeito pelos direitos dos professores

A Escola Pública é um dos pilares da democracia. É ela que concretiza o direito constitucional à Educação e fortalece a cidadania. A ampliação da Escola Pública a todo o território e o alargamento da escolaridade obrigatória foram tarefas cumpridas por gerações de profissionais da educação que, às portas dos 50 anos do 25 de Abril, veem degradar-se as suas condições de trabalho.

Os sinais dessa degradação são conhecidos. Todos os anos há milhares de alunos sem professor a pelo menos uma disciplina. A desvalorização da carreira docente, a persistência da precariedade e de regras de concursos que provocam instabilidade e permitem injustiças têm feito milhares de docentes abandonar a profissão e poucos são os jovens que se sentem atraídos pela docência.

Ao longo dos anos, o Governo tem-se recusado a tomar medidas justas de valorização da carreira docente, como a recuperação de todo o tempo de serviço dos professores e a necessária negociação com os representantes dos docentes para a criação de um novo regime de recrutamento e mobilidade. O Governo foi impondo regras avulsas que criaram ainda mais entropia num sistema que já é uma manta de retalhos.

De forma também avulsa e sem ouvir as comunidades educativas, o Governo tem empurrado para as autarquias competências em matéria de Educação, criando o espectro de uma maior centralização de decisões nos municípios, em comunidades intermunicipais e em supostos conselhos de diretores. A resposta dos docentes tem sido forte, em múltiplos protestos em defesa da sua profissão e da Escola Pública.

Os processos de municipalização e de regionalização da educação são propícios à atomização dos sistemas educativos, criando assimetrias territoriais. A crítica destes processos não é medo da mudança, é defesa do direito à Educação em todo o país. Um processo de descentralização feito no interesse da Escola Pública, não seria uma municipalização, começaria pelas Escolas, pelo reforço da Gestão Democrática das Escolas.

São as Escolas quem pode assumir competências adequadas à escala de cada comunidade educativa, são elas quem se pode responsabilizar pelo seu projeto educativo e pela implementação local das políticas educativas.

O reforço da Escola Pública exige a defesa da Gestão Democrática das Escolas, o combate à precariedade e a valorização da carreira docente. É urgente vincular os docentes precários, recuperar o tempo de serviço dos docentes, eliminar ultrapassagens, garantir horários adequados, criar um sistema de avaliação e progressão sem injustiças, instituir um mecanismo de aposentação que responda às especificidades da profissão e que garanta o rejuvenescimento do corpo docente. Respeitar os direitos dos professores é fortalecer a Escola Pública, é fortalecer a democracia.

Assim, a Assembleia Municipal de Loulé, reunida em 17 de Fevereiro de 2023, delibera:

1. Recomendar ao Governo que proceda à recuperação de todo o tempo de serviço dos docentes, garantindo a todos os docentes o seu posicionamento no escalão remuneratório correspondente ao tempo efetivamente prestado, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Estatuto da Carreira Docente.

2. Recomendar ao Governo que reveja, mediante negociação sindical, o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho.

3. Recomendar ao Governo que crie, mediante negociação sindical, um regime específico de aposentação dos docentes de forma a garantir o término de atividade num tempo justo e a assegurar o rejuvenescimento do corpo docente.

4. Do teor desta moção seja dado conhecimento ao Ministério da Educação, Estruturas Representativas dos Professores e imprensa regional.

Assembleia Municipal de Loulé, 17 de Fevereiro de 2022

P´lo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

Carlos José da Silva Martins

Anexo 6

PS

# Declaração de voto

**Relativa à moção "Promover a escola pública e o respeito pelos direitos dos professores", apresentada à Assembleia Municipal, em 17/02/2023, pelo partido Bloco de Esquerda.**

A bancada municipal do Partido Socialista acompanha o Bloco de Esquerda na defesa, cada vez mais necessária da Escola Pública, e no respeito pelos direitos dos professores e lembra que:

- A revisão do regime de recrutamento está em curso e tem sido objeto de negociações que continuam;
- A norma-travão é encurtada de 5 para 3 anos;
- Desde 2015 foram vinculados 14 259 professores,
- Reorganização dos quadros de zona e alinhamento dos mapas com as comunidades intermunicipais;

Acompanhamos a preocupação do BE na referência à crescente falta de docentes ainda que convenha salientar o seguinte:

| Alunos | 2011/2012 | 2014/2015 | 2020/2021 |
|---|---|---|---|
| Continente | 1 741 785 | 1 604 125 | 1 490 507 |
| Algarve | 77 391 | 73 025 | 74 500 |
| Loulé | 12 093 | 11 195 | 12 405 |

| Docentes | 2011/2012 | 2014/2015 | 2020/2021 |
|---|---|---|---|
| Continente | 165 751 | 143 205 | 155 497 |
| Algarve | 7 497 | 6 657 | 7 918 |
| Loulé | 1 174 | 1 019 | 1 289 |

O número total de docentes até aumentou entre 2014/2015 e 2020/2021,mas factualmente, a falta de docentes em algumas disciplina, em várias regiões ou territórios, é uma realidade, face à crescente complexidade do sistema educativo, e é particularmente sentido no Algarve. A esta escassez com tendência a agudizar-se, até pela idade média dos educadores e dos docentes, não é estranha proclamação, por responsáveis políticos, de haver professores a mais, com convite à emigração o que inevitavelmente, contribuiu, junto com real precaridade e instabilidade, sobretudo no início da carreira, para a perceção de que não valia a pena a escolha desta carreira.

Nesta matéria o Algarve tem particular dificuldade em fixar quadros, seja pela escassa oferta de cursos superiores, seja pelo custo de vida, levando à justa procura por parte dos docentes "importados" de aproximação às suas terras de origem/pertença. Aqui, as autarquias têm um relevante papel a desempenhar.

Não acompanhamos o enquadramento que antecede as recomendações, designadamente, no que concerne à perceção do que se pretende e objetiva com a descentralização de competências nesta área. Queremos ou não queremos políticas territorializadas, queremos ou não queremos políticas de proximidade, queremos ou não queremos adequação dos recursos e das respostas às necessidades locais e regionais? Queremos todos, seguramente, que o Algarve tenha maior autonomia não só gestão do seu território, dos seus recursos, mas também maior poder de decisão política. A centralização sim essa cria assimetrias e injustiças que tendem a

tornar mais periférico o que é mais distante dos centros de decisão. A visão "helicóptero" que os decisores centrais têm sobre os territórios que desconhecem tem marcado as políticas educativas, basta olhar, por exemplo para as taxas de retenção/ desistência da região que teimam em manter-se em valores acima da média nacional (apenas ultrapassadas pela região autónoma dos Açores) se não vejamos:

| Retenção/desistência | 2011/2012 | 2014/2015 | 2020/2021 |
|---|---|---|---|
| Continente | 14,6 | 12,1 | 5,6 |
| Algarve | 18,1 | 15,7 | 7,8 |
| Loulé | 19,05 | 17,1 | 7,75 |

Importa ainda clarificar que a descentralização de competências na educação não envolve o nem recrutamento nem a gestão dos professores e dos técnicos especializados que continuam no âmbito da tutela do Ministério da Educação. A colocação dos professores do quadro e a contratação de novos professores continua a ser feita pelos serviços do Ministério da Educação e pelas escolas. Neste processo a autonomia pedagógica das Escolas é outro princípio subjacente ao processo de descentralização, autonomia essa que desde a entrada em vigor do DL nº 55/2018 e da Portaria nº 181/2019 se incrementou grandemente com a possibilidade de os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, poderem gerir o 25% das matrizes curriculares base  ou mais, com planos de inovação, num processo de autonomia e flexibilidade que potencia respostas curriculares adequadas aos contextos.

Assim, considerando o exposto e o teor da moção de recomendação apresentada, o grupo municipal do PS abstêm-se nesta votação e recomenda à autarquia de Loulé que dentro das suas competências crie condições e incentivos que promovam a fixação de quadros, designadamente professores, como forma de garantir a consolidação de um dos pilares do Estado Social, a Escola Pública.

Pelo Grupo Municipal do PS

Loulé, 17 de fevereiro de 2023.